

ATA N.º 22/XIII/2024

Reunião Pública de 27/11/2024

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do sr. Presidente Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e com a presença dos srs. Vereadores Luís Manuel Miranda Amieiro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Vivina Maria Semedo Nunes, António Carlos Pedrosa Pereira, Daniela Jorge Pinheiro Casimiro, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e Sandra Isabel Casaca de Castro.

Declarada aberta a reunião pelo sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DE FORCADOS AMADORES DA MOITA **25**
2. CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO MOVE A TUA TERRA **26**
3. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ECONOMIA **27**
4. CONCURSO PÚBLICO 02/2023 “SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS NA QUINTA DA FONTE DA PRATA”
– REVISÃO DE PREÇOS **27**
5. VERSÃO FINAL DO PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E DE GESTÃO DE HABITAÇÃO EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DO MUNICÍPIO DA MOITA **28**
6. “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO BAIRRO 1.º DE MAIO, PENTEADO” – PROCESSO CP 10/2024
– APROVAÇÃO DO PROJETO; – ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO; – DECISÃO DE CONTRATAR E DECISÃO DE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA INERENTE AO CONTRATO A CELEBRAR; – DECISÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DO CONTRATO; – PREÇO BASE; – FUNDAMENTAR A NÃO CONTRATAÇÃO POR LOTES; – PRAZO DA OBRA; – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO, – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA; – DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO, – CABIMENTAÇÃO; **29**

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Jimmy Castro disse: “O meu nome é Jimmy Castro e moro no Bairro Fundo Fomento da Habitação. Venho aqui pôr alguns pontos que não são críticas, tomem-nas como alertas ou pedidos. Primeiro pedido, naquele Bairro existem inúmeros canteiros sem florestação, são canteiros que servem simplesmente de caixote do lixo. É uma zona que fica acima da Junta de Freguesia na direção da Vila Chã, em direção às três torres...”

Sr. Presidente disse: “Chama-se zona NOPQ, só para contextualizar.”

Sr. Jimmy Castro disse: “Obrigado. Nesta zona a limpeza às vezes é um bocado descuidada. Não vejo lá muito o senhor ou a senhora Cantoneira e há ali uma certa reunião numa zona em que o pessoal vai para ali fazer um comerciozinho, tomar umas cervejinhas, lanchar e até serve de oficina. Aos fins de semana faz-se ali umas obras de mecânica, inclusivamente mudança de óleos, óleos esses que são despejados no solo. Estes são os dois pontos para os senhores terem em atenção e verem o que é que poderão fazer com esses indivíduos.

Outro ponto é a pintura dos muros e muretes que desde que o Bairro foi acabado em 1975, nunca mais viram uma pintura. Outro ponto é haver demasiado entulho espalhado nessa zona dos baldios como quem vai para a Vila Chã, traseiras do Cemitério e junto ao Tanque de Água do Vale da Amoreira. Em qualquer arbusto, canto, é entulho por todo o lado, talvez fosse bom a Câmara criar ali um espaço e o pessoal despejar ali o entulho. É só uma ideia, claro.

Quero agradecer também a criação do Parque Infantil no Vale da Amoreira, muito obrigado. Serve as nossas crianças, todas elas filhos ou netos. No Vale da Amoreira, propriamente no Bairro Fundo Fomento também tivemos lá um, mas o pessoal destruiu aquilo tudo para vender para a sucata.

Agora temos o ponto que acho que já falei aqui uma vez, já fiz o pedido e segundo o pessoal ali daquela zona, escreveram cartas para a Câmara Municipal, Elenco Camarário que esta Câmara iniciou o ano passado, mas depois interrompeu o corte e a poda das árvores, têm uma altura enorme. É uma questão de saúde, higiene e segurança. Para mim têm um porte demasiado elevado.”

Sr. Manuel Cerqueira disse: “Hoje venho aqui expor alguns problemas relativamente à Baixa da Banheira que é a Localidade onde vivo e onde nasci. É o seguinte, está a haver alguns problemas a nível da iluminação, nomeadamente gostava de perguntar ao sr. Presidente da Câmara, sr. Albino, porque razão é que depois da construção do Aldi está uma fila de candeeiros do lado poente que não estão iluminados, isto porquê, porque hoje por volta das seis horas já é praticamente noite cerrada, as pessoas que vêm da Baixa da Banheira para o Aldi que normalmente fecha lá para as nove horas, atravessam aquele deserto de escuridão, muitas vezes a passar por sítios onde os animais de companhia vão lá fazer os seus excrementos e a pessoa como não vê vai pisando e depois vai limpando ao mesmo tempo pelas ervas. Não consigo compreender como é que está lá uma série de candeeiros alinhados, alguns sete ou oito candeeiros na rua, enfim, a rua é de terra batida, não é uma rua concluída, é de terra batida, mas ainda assim passam lá centenas de pessoas que vão para o Aldi até aquilo fechar, e quem diz para o Aldi diz para outros locais, para a zona de Alhos Vedros ou para onde quiserem, passam por ali também e não consigo perceber. Se não houvesse candeeiros, se não houvesse condições para iluminar era outra coisa, mas aquilo deve ter sido na conclusão da obra do Aldi, alinharam aqueles candeeiros em cima do passeio, estão lá inclusivamente até na zona do topo sul, estão lá candeeiros de ornamentação, daqueles com bolas esféricas, também estão apagados, não percebo. Os candeeiros estão lá e estão apagados, porquê. Gostava que o sr. Presidente pudesse-me dar algum esclarecimento relativamente a esse assunto.

Em relação à iluminação da Baixa da Banheira, se calhar há um ano ou mais falei aqui sobre o problema da iluminação da Rua 13 que é a chamada Rua 1.º de Maio, aquela desgraçada rua onde agora cada vez tenho estado a ver mais problemas, porque à medida que as pessoas vão vendo, vão notando. Inclusivamente até a própria calçada se está a soltar. Por incrível que pareça a calçada que está colocada na Rua 13, o espaço que está entre paralelepípedos chega a ter dois centímetros e meio. Se o sr. Presidente tiver dúvidas sobre isso nós podemos combinar um dia para passar lá, não só para vermos o aspeto da iluminação da Baixa da Banheira como inclusive a calçada que foi colocada nessa altura, e não só nessa altura, na Estrada Nacional, aquilo é uma desgraça. Acredito que seja por causa disso que as pedras se soltam com mais facilidade e há cada vez mais buracos na calçada. Não se pode estar a levantar a calçada toda para estar a pôr nova porque quando se deixa entre pedras espaços de dois centímetros e meio, quando você sai aqui a porta da Câmara e vê a calçada que o máximo que tem é cinco milímetros entre pedras, está tudo dito. A sensação que eu tenho é que quando mandaram fazer as obras, ninguém andou a controlar o que é que os seus calceteiros andaram a fazer, se calhar por cada metro quadrado quantos paralelepípedos é que se pouparam, não sei, estou a fazer contas assim por alto, porque aquilo é vergonhoso, aquilo não é calçada que se apresente, nem é a forma correta de trabalhar.

Quanto aos candeeiros, já tinha falado que as luminárias estão mal direcionadas, inclusivamente a distância entre candeeiros é inadmissível. Numa das ruas que é das ruas mais comerciais da Baixa da Banheira a iluminação é miserável. Eu só queria que aquela rua tivesse a mesma iluminação da Rua Alexandre Herculano que fica no Bairro dos Algarvíos, que o sr. Presidente sabe. O senhor vá ver aquela rua e vá ver como é que é uma rua iluminada como deve ser. As pessoas circulam, vêm-se cara a cara, tem boa iluminação, a pessoa sente alguma segurança embora isso seja virtual, mas sente segurança porque a rua está bem iluminada. A Rua 13, chamada Rua 1.º de Maio, é uma desgraça. Uma rua comercial como ela é. É a rua que tem mais lojas comerciais, aquilo às oito horas da noite ninguém circula ali, aquilo é um deserto. Agradecia que me pudesse dar alguma explicação sobre isso ou se já há projeto para alterar aquele, porque repare, entre postos de iluminação ter uma distância de alguns quarenta metros é uma coisa que não é normal nas outras ruas antigas. Nas outras ruas antigas, se calhar o máximo que você tem entre iluminarias é de vinte e cinco metros, nem tanto. Agora uma rua daquelas foi projetada e concebida propositadamente para ser uma espécie de "ex-libris" daquela zona, aquilo é uma desgraça. O sr. Presidente prometeu que ia tentar resolver o problema da iluminação, mas o que é certo é que estamos na mesma.

É preferível se calhar apresentar grandes projetos que não sabemos se são realizáveis ou não, do que resolver os problemas mais miudinhos da população que lhes dá maior conforto e melhor qualidade de vida, que é isso que andamos à procura, ter um bocadinho mais de qualidade de vida na Baixa da Banheira.

Agora queria falar aqui sobre a questão da saúde. Felizmente já temos o novo Centro de Saúde a trabalhar, já o tinha dito aí há tempo, há vários meses que está aberto. O sr. Presidente tem uma medalha pelo facto de ter concluído aquela obra, sem dúvida que com alguns atrasos, mas o que é certo é que não temos lá médicos e o problema está aí. Atualmente foi feito um concurso público para cerca de novecentas vagas para o País e só cerca de um terço é que foram ocupadas e cinquenta por cento dos médicos disponíveis foram-se embora, foram reformados no Serviço Nacional de Saúde e só cerca de metade é que ficaram por ali, mas só cerca de um terço das vagas foram ocupadas, de resto ou foram para o setor privado ou foram para o estrangeiro, não sei. A pergunta que eu faço é a seguinte, sabendo eu que há alguma ligação entre as Autarquias e a ULSAR que é a Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, penso que na Comissão Administrativa, há representação dos respetivos Concelhos da zona, a pergunta que eu faço é o que é que o sr. Presidente pode dizer sobre isso. Destes médicos que vieram, vão alguns para ali. Eu sei que tivemos uma equipa de oito ou nove médicos disponíveis para quando a Unidade de Saúde estivesse pronta, arrancar, infelizmente andaram a brincar entre aspas, o facto de as obras irem-se atrasando, arrastando e eu fui uma das pessoas que até no "Facebook" falei sobre isso, que era inadmissível os prazos estarem a arrastar-se e toda a gente, só no fim do tempo de execução da obra é que a gente depois pode falar e que a obra ia ser concluída e não sei o quê, foram

Outro aspecto importante que eu queria falar é relativamente às antigas instalações que estão vazias há vários meses. Também foi dito aqui que o sr. Presidente tinha as coisas alinhavadas para logo que fosse possível e aquilo estivesse vazio, se pudesse avançar com o processo. Sei que já há para aí quaisquer dificuldades no que diz respeito a recursos para se avançar com a obra lá, não faço ideia, portanto agradecia que me desse um esclarecimento sobre isso. Quando é que pensa arrancar com a obra para lá, porque de facto é isso, nós queremos médicos aqui na região, mas na Baixa da Banheira não há uma casa para alugar, como é que nós vamos por os médicos lá para servir a população. E esta ideia de nas antigas instalações criar apartamentos para que de facto a gente consiga chamar a atenção de para além de poderem trabalhar ali com boas condições, tem boas instalações, nós temos possibilidade de lhes arranjar um apartamento a custo simbólico provavelmente durante um X tempo ou um contrato que se possa fazer de maneira que se possa atrair essas pessoas para cá. Porque eu sei que há montes de Municípios que além de fornecerem a estadia a esses médicos, pagam-lhes a água, pagam-lhes luz e pagam-lhes uma série de mordomias que nós aqui não temos condições para o fazer se calhar, mas pelo menos arranjar essa hipótese de termos ali uma instalação para que eles venham para cá, isso era fundamental, porque há mais de dez anos que andamos a perder médicos. A Baixa da Banheira há dez anos que cada vez tem menos médicos, reformam-se e não substituem ninguém.

Moita
MUNICÍPIO

proximidade, o que é certo é que na Baixa da Banheira nem um polícia há na rua. O que se sabe é que passam carros-patrulha uma vez por ali outra por acolá, mas presencialmente, que é isso que pode dar alguma sensação de segurança não é, e resolver alguns problemas que podiam ser resolvidos só com a presença da polícia no sítio não é, e eu particularmente posso dizer o que é que aconteceu comigo, porque aqui não vale a pena estar a expor o meu problema. Posso-lhe explicar o que é que aconteceu, que tem a ver com isso. Mas a realidade é que dizem, vamos lá a ver, não podemos ter um polícia atrás de cada cidadão é evidente, mas na Baixa da Banheira não há um apeado na rua, esse é que é o problema. Não sei se é no Concelho todo e o que é que o sr. Presidente está a pensar fazer para que consiga convencer os Órgãos de Soberania para pôr mais policias na Baixa da Banheira ou arranjar forma de que haja policias de proximidade, porque só a presença da polícia muitas vezes é suficiente para desincentivar qualquer coisa que possa acontecer. O senhor sabe, estar ali um polícia, dá uma sensação diferente de segurança. Agradeço então que o sr. Presidente me dê algum "feedback" sobre isto."

Seguidamente o sr. Presidente deu a palavra aos srs. Vereadores para puderem responder às questões colocadas pelos munícipes.

Sra. Vereadora Vivina Nunes disse: "Em primeiro lugar pedir desculpa pelo meu atraso, mas foi por questões profissionais, portanto as minhas desculpas a todos, não foi por desrespeito a esta audiência, mas foi efetivamente uma dificuldade de sair há hora.

Em relação às questões colocadas, nós tomámos boa nota e vamos tentar acompanhar tudo aquilo que foi aqui colocado e que também sendo uma preocupação da população é também uma preocupação nossa a sua resolução.

Em relação aqui a algumas questões que foram focadas, o que diz respeito à questão do Centro de Saúde e da falta de profissionais, seria bom, sendo muito mau que fosse a Baixa da Banheira que não tivesse médicos de família, mas neste momento, no Concelho e no País, há uma baixa grande de médicos de família e deve-se a políticas antigas e presentes na formação de médicos e também naquilo que são as condições para os médicos estarem nos Centros de Saúde, no Serviço Nacional de Saúde. Nós concordamos que a Câmara pode fazer pressão, que não tem responsabilidade direta sobre a sua colocação, portanto, concordamos que deve fazer pressão junto das Entidades para que isso aconteça. No entanto, naquilo que é aqui dito de oferecer benesses a médicos, parece-nos que nós temos de ter aqui uma visão do que é que são todos os profissionais. Por exemplo, há imensos professores no Concelho que não tem essas benesses e que também não tem casas para alugar, aliás, há casas para alugar na Baixa da banheira, em Alhos Vedros, em todo o lado, os preços das casas é que não estão em condições para as pessoas os poderem pagar, portanto, nós concordamos que haja condições para todos os profissionais, não só os de Saúde, mas de todas as áreas, porque efetivamente neste momento, os ordenados que são processados são muito abaixo daquilo que as pessoas podem ter para sobreviver e efetivamente se calhar um médico que em principio de carreira se for pagar uma renda de mil e quinhentos euros e que se for do Norte, naturalmente que pensa duas vezes antes de vir para baixo, mas isto também não é só na Baixa da Banheira ou na Área Metropolitana de Lisboa embora se agrave aqui. Por exemplo, no Algarve a situação é muito complicada, no País todo. O senhor acabou de dizer, e é verdade, para novecentos lugares concorreram trezentos médicos, portanto, isto é, uma política de fundo que é preciso mudar, os nossos Governos têm de ter atenção a esta área e dar formação a médicos de família para que estas situações não aconteçam.

Aqui ainda em relação às questões da segurança, exatamente a mesma coisa, dar condições e colocar mais pessoas a trabalhar. Nós sabemos por exemplo e é uma situação que eu acompanho mais diretamente porque também tem a ver com a minha vida profissional. A Escola Segura tem um carro para quatro Concelhos, portanto quando há um problema numa Escola da Baixa da Banheira, ali no início do Concelho e em Alcochete também é preciso, responder torna-se muito complicado. Eu penso que lá na Baixa da Banheira, costuma ficar às vezes um polícia sozinho no Posto, o que também é um

perigo para o mesmo. Está a pôr em perigo a sua vida, portanto, isto são questões que nós temos de reivindicar junto das Políticas Centrais e de quem tem estas competências, o Ministério da Saúde, o Ministério da Administração Interna para que as coisas mudem e porque efetivamente há muita necessidade deste tipo de profissionais e estão aquém daquilo que é a resposta e nós também queremos aqui deixar registado, Vereadores da CDU que não concordamos com isto de contratar equipas de médicos privados para o Serviço Nacional de Saúde. O Serviço Nacional de Saúde tem de ter condições para ter os seus médicos, dar-lhes as condições que eles precisam para colaborar e para poder dar resposta à população de forma igual para todos, para que todos possam ter uma resposta e não ter de pagar no Hospital X ou Y.”

Seguidamente o sr. Presidente respondeu às questões colocadas pelos munícipes.

Sr. Presidente disse: “Começando aqui pelo sr. Manuel Cerqueira e no que diz respeito à questão da Saúde. sr. Manuel, eu não podia estar mais de acordo consigo. Eu quase que assinava por baixo daquilo que você disse ali. Se tivéssemos combinado não tinha saído tão bem. É verdade, quando em vinte e seis de setembro foram as eleições, as obras já deviam estar terminadas desde agosto e não cumprindo os prazos não houve a coragem política de dizer ao empreiteiro, não é responsabilidade de ninguém, às vezes os empreiteiros, as empresas não têm capacidade, só que depois quem está nestes lugares de decisão, têm de decidir, têm de ter coragem para decidir e decidimos assim que tivemos oportunidade de dizer que bastava, já não dava mais, não valia a pena, já não fazia sentido e então avançar para uma solução, solução essa que a candidatura... sr. Manuel, é que não foram só os médicos que perdemos, na altura também já tínhamos perdido a candidatura. E o que nós tivemos de fazer foi ir buscar o dinheiro de volta para a candidatura, porque ou fazíamos com dinheiro da Câmara, em que a Câmara repunha todo o dinheiro, mais de três milhões que foi para aquilo, para o Centro de Saúde ou então tínhamos de o devolver e pôr tudo do nosso bolso e executá-lo todo do nosso bolso ou então tentar recuperar a candidatura. Eu confesso-lhe que em alguns momentos de enorme pressão a Câmara, o Executivo Municipal, eu pus na mesa juntamente com algumas pessoas que me acompanhavam mais de perto, e partilhei com os srs. Vereadores em algumas reuniões, estudarmos a possibilidade de pedirmos um empréstimo para fazer o Centro de Saúde, porque nós tínhamos perdido a candidatura, tenhamos a coragem de dizer isso. Perdemos a equipa médica e tínhamos perdido a candidatura. O que nós fizemos foi, conseguimos recuperar a candidatura para executar a obra, fazê-la o mais rapidamente possível e está feita e ao serviço e acabada, o que já não conseguimos a tempo foi manter os médicos. Mas também lhe digo, os médicos, há muitas pessoas que direta ou indiretamente tem responsabilidade em alguns dos médicos, não digo todos, mas em alguns dos médicos terem-se desmobilizado. A campanha que foi feita na Baixa da Banheira a dizer que este Executivo não ia fazer o Centro de Saúde é penalizadora dos próprios Banheirenses e das pessoas que lá moravam e que precisam destes cuidados de saúde. Foi uma campanha irresponsável que pôs a política acima dos interesses comuns e de todos, porque ainda que pudessem virtualmente pensar nisso, devíamos era dar os braços para tentar executar o Centro de Saúde o mais rápido possível para manter os médicos e convencê-los a ficar não a dizer aos médicos que iam embora. Eu mais do que uma vez, o Executivo da Câmara Municipal e os Serviços da Câmara Municipal tiveram de reunir com as equipas médicas do Centro de Saúde, ir até fazer visitas à obra, com a sra. Vereadora, com o sr. Chefe de Gabinete entre outros, para mostrar o estado de andamento da obra para provar, para os médicos poderem ver que a obra efetivamente estava a acontecer e estava a avançar. Porque o que muitos diziam nas redes sociais e outros fóruns, iam lá dizer aos médicos que nós estávamos a mentir e que a obra não estava a avançar e essas pessoas deviam ser responsabilizadas pelo que fizeram. Mas isso pronto, “o seu a seu dono”. Aqui somos todos inteligentes. Cada um tem a sua própria cabeça e é livre para pensar. Eu acredito na população do Concelho, em particular da Baixa da Banheira, sabem identificar perfeitamente quem é que foram as pessoas que fizeram essa campanha. Depois, dizer também que existe como se viu aqui uma enorme diferença entre aqueles que não sendo

responsabilidade da Autarquia procuram sobre todas as formas e de todas as maneiras procurar formas para atrair médicos e aqueles que dizem que não é problema nosso, não fazemos nada, nós não queremos fazer nada. Continua a existir essa grande diferença e relativamente ao concurso, houve um enorme erro deste Governo que descentralizou a contratualização de médicos para a ULSAR o que fez com que atrasassem os concursos todos e só tivessem sido colocados médicos agora no âmbito desses concursos. Ora os jovens que acabaram os cursos, que são assediados, e aqui assediados é do ponto de vista positivo, ou seja, são convidados pelo Privado para ingressar a sua carreira, não vão ficar três, quatro meses ou seis meses em casa dos pais à espera de um concurso público do Estado, quando têm alguém já a acenar-lhes com um contrato e com um conjunto de mais valias e de benesses, por isso, foi mais uma oportunidade perdida que resulta da forma como este Governo tentou gerir esta situação, é o que é e não há nada fazer. Foram preenchidas um terço das vagas, nunca se formaram tantos médicos face ao número de médicos que foram colocados. Nunca foram tão poucos médicos contratados neste serviço de saúde de proximidade, de médicos de família como foram neste concurso e isso a todos deve preocupar. É por isso que a Sra. Vereadora tem reuniões, eu tenho reuniões, a Sra. Vereadora também tem reuniões ali com a ULSAR em permanência e depois poderá dar aqui nota duma situação que visa mitigar, mas nós estamos sempre focados na solução, por isso, reunimos recentemente com o Ministério da Saúde para transmitir este conjunto de preocupações e a pedir o financiamento para a obra do antigo Centro de Saúde, porque a Câmara não tem agora nenhuma linha de financiamento, não há PRR. Só há três hipóteses, ou há financiamento comunitário, financiamento da Câmara ou financiamento do Estado, só há estas três opções. Como eu já disse no passado, a Câmara só se financia de três formas, orçamento próprio, por empréstimo ou fundos comunitários. Nós aqui fomos tentar recorrer ao Ministério da Saúde que nos financiasse a obra como vinha a ser vindo falado com o Ministro Pizarro do Governo anterior e queremos dar continuidade a esse processo. Bem sabemos que há outros que não gostam desta solução, porque dizem e então para os professores, falam dos professores, podiam falar dos polícias e poderiam falar de todas as outras classes profissionais, mas meus Senhores, eu quero deixar bem claro, os professores, este Governo, pelo menos fez isso, aumentou os subsídios para os professores deslocados entre os cento e cinquenta e os quatrocentos e cinquenta euros, já criou essa benesse para os professores que estão deslocados, para a Área Metropolitana de Lisboa, não sei se será suficiente ou não, acredito que não face ao preços especulativos aqui na nossa Área Metropolitana, mas nós, naquilo que nos diz respeito, em que temos capacidade, quisemos de uma vez por todas fazer e cumprir com a nossa palavra. É que não dizemos uma coisa quinta-feira, dizemos uma coisa à segunda-feira da semana seguinte, mantemos e o que as pessoas podem esperar de nós é ter confiança naquilo que nós dizemos, e que aquilo que nós dizemos é efetivamente aquilo em que vamos trabalhar para executar, dê por onde der. Por isso, falámos com o Ministério, avançámos com uma verba provisional. Estamos à espera de que eles nos deem resposta do financiamento. Nós da nossa parte vamos avançar com aquilo que podemos avançar no imediato, que é o projeto. Todas as obras começam por um projeto. Se tivermos o dinheiro e não tivermos o projeto não começamos a obra, mas se tivermos o projeto e o dinheiro vier mais tarde, quando o dinheiro vier faz-se a obra, por isso, tentaremos avançar com o que efetivamente pode ser feito, que é a elaboração deste projeto, depois é continuar a fazer pressão e aí gostaria de contar com todos, independentemente das posições político partidárias que possam ter, neste "forcing" positivo. Eu bem sei que existem outras classes profissionais para resolver, mas não podemos querer resolvê-las todas de uma vez só e ao mesmo tempo. Vamos resolver agora os médicos, havendo outras oportunidades, e quando eu digo médicos, digo profissionais de saúde, havendo depois outras oportunidades, estejamos atentos e de espírito e mente aberta para também encontrar outras soluções se for esse o caso e estiver ao nosso alcance. Que ninguém parta de posições dogmáticas ou meramente programáticas porque isso não resolve os problemas do dia a dia das pessoas. Isso não resolve, porque se resolvesse nós dávamos-lhes ali o livro da esquerda ou da direita à pessoa e aquilo ficava resolvido e não é assim que as coisas funcionam, por isso, sim, continua a ser uma prioridade para nós, ao contrário do que outros querem, que não querem como já aqui se viu, fazer do antigo Centro de Saúde uma resposta para alojamento a preços acessíveis para os profissionais de saúde. É

isso que está na nossa estratégia local de habitação. Quero que fique claro, isso está na nossa estratégia local de habitação, não cai assim do ar, está tudo a trabalhar nesse sentido. Depois relativamente à calçada e às luminárias da Rua 1.º de Maio, antiga Rua 13, vou ver. A calçada, aquilo é uma obra que foi feita e fala por si, quer dizer, as pessoas desde o dia em que aquela obra foi feita, ficaram logo desgostosas do que viram ali acontecer, mas o mal já está feito, agora para resolver vai dar muito mais trabalho. O que eu lhes posso dizer é o seguinte, em campanha prometemos pôr lá umas ilhas ecológicas e vamos lá pôlas, em campanha prometemos fazer lá um conjunto de coisas e irão ser feitas até ao término deste mandato, porque o que prometemos é para cumprir, e se em algum momento a solução tardar ou houver mais dificuldade também o diremos com toda a frontalidade, porque não vale a pena estarmos aqui a enganarmos ou a esconder as coisas, as coisas estão à vista de todos. As pessoas percebem e são inteligentes e se nós falarmos a verdade as pessoas compreendem as situações, por isso vamos tentar, porque o problema daquele conjunto, aquele muro de caixotes do lixo em frente à Igreja, aquilo é para sair de lá, só não avançou mais cedo porque há um problema de redes enterradas que se tem de desviar para poder instalar as ilhas ecológicas. Isso foi uma promessa nossa e irá ser concretizada.

Tal como estamos a fazer obras no mercado da Zona Sul com a colocação de portas, vai ser pintado, tem ali muitas melhorias a acontecer, inclusivamente no sistema de frio, por isso, continuamos a melhorar os equipamentos públicos e em particular na Baixa da Banheira.

No que diz respeito também ali à rua junto ao Aldi, vou perguntar aos serviços o que é que se passa com a iluminação, se estão candeeiros, qual é o motivo para eles não serem ligados, vou perguntar. Se for uma situação técnica, vou tratar para que os serviços a possam resolver. Tem de se perceber porque é que não acendem, agora, para que fique claro a Baixa da Banheira como todas as outras quatro Freguesias ou seis, como as quiserem tratar, continua a ser uma grande prioridade para este Executivo. Este Executivo gosta de anunciar efetivamente grandes obras, gosta ainda mais de as realizar, concretizar e inaugurar essas grandes obras, esses projetos. Gosta de resolver os problemas das pessoas, sejam eles os grandes como os pequenos, deixa-nos sempre a todos satisfeitos. É para isso que nós nos levantamos de manhã para vir trabalhar e é nisso que pensamos até à última hora do dia em que saímos da Câmara Municipal, por isso é que ficamos muito satisfeitos com o facto de já termos lançado, neste caso o projeto para a Pista de Atletismo na Baixa da Banheira. Ainda hoje estivemos a entregar na Baixa da Banheira que vai permitir a prática desportiva, ali um conjunto alargado de oportunidades, vai ser um marco único para aquela União de Freguesias e para o Concelho em particular. Ainda hoje estive na Baixa da Banheira a entregar a chave aos "Motards", para ficarem com aquele espaço. Aproveitei para dar uma volta pela Baixa da Banheira para ver ali um conjunto de oportunidades para resolver outras situações, que as pessoas ou nos foram alertando no momento ou que nós já trazíamos e que carecem de ser resolvidas. Já identificámos possíveis soluções no local, por isso, trabalhamos diariamente nesse sentido e continuaremos a ir muitas mais vezes à Baixa da Banheira ver estas e outras situações.

Agora, saltando a Baixa da Banheira e continuando na União de Freguesias, neste caso no Vale da Amoreira, a zona que se refere é a zona, respondendo aqui ao Sr. Jimmy Castro, a situação que o senhor aqui refere é a situação ali na Zona NOPQ, aquela entre o Vale da Amoreira e a Vila Chã, como é que eu hei-de explicar, isto é uma embrulhada legal que existe entre a Câmara Municipal e um senhor, que faz com que a Câmara Municipal ainda não tenha tido capacidade de definir quais são os fogos daquela zona NOPQ que são da sua responsabilidade para depois poder, ou vender para construir ou construir ela própria. Está aqui uma "embrulhada" jurídica desde há muitos anos, "embrulhada" essa que está agregada ou está ligada ao Mercado da Zona Sul da Baixa da Banheira. Isto eram aquelas coisas que se faziam antigamente, alguém há-de explicar um dia como é que elas eram feitas, ou se calhar atualmente também já não vale a pena estar a explicar. O que interessa é que isto agora está uma grande "embrulhada" e aos anos que andamos em tribunal, que a Câmara Municipal anda em tribunal. Isto já esteve para se resolver uma vez quando o senhor não esteve presente, estavam outros sócios esteve-se para resolver, o senhor depois voltou, não se resolveu e andamos assim para tentar resolver. O espaço, é um local onde pessoas vão depositar entulho de resíduos de construção e demolição, eu

conheço muito bem o espaço, círculo pelo território a pé, que é como eu acho que as pessoas devem andar no Concelho, é a pé, as coisas vêm-se a pé, não é de carro e então há lá entulho depositado, entulho esse que tem de ser retirado, já fizemos algumas denúncias às autoridades. Peço a toda a população que sempre que vejam descargas ilegais de entulho naquele local, por favor, aponte a matrícula e denuncie ao SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente) ou à Câmara Municipal para que a Câmara Municipal possa levantar os autos de contra ordenação para aplicar as coimas ou reportar para que as coimas possam ser aplicadas às pessoas que vão para lá depositar o entulho, porque existe um sitio específico onde os pequenos empreiteiros podem depositar o entulho, que é o Eco Centro da AMARSUL, que fica em Alhos Vedros, ali ao pé da Vinha das Pedras, fica ali depositado e as pessoas podem ir lá pôr o lixo. Quando eu digo isto, digo estores, aquelas pessoas que trocam os estores, aquelas pessoas que trocam as sanitas em casa, os lavatórios. Isso é para ser colocado lá. Eu bem sei que é mais fácil ou mais cómodo deixar ao lado do caixote do lixo. Mas aquilo tem um sítio próprio, se puser dentro do carro e andar mais um metro e for colocar no Eco Centro também não faz mal nenhum e é amigo do Ambiente, amigo da Natureza e amigo do vizinho. Porque ninguém gosta de morar numa rua suja e temos todos de contribuir para isso. Quando nós vamos para o Alentejo e vemos que naquelas ruas do Alentejo não há caixotes do lixo de cinco em cinco metros, é porque há um grande sentimento cívico da parte da população em conservar o espaço público que é seu. Nós não somos diferentes dessas pessoas, somos iguais a elas, por isso, é termos o cuidado de zelar por aquilo que é nosso, que é de todos. Claro que os funcionários e os trabalhadores da Câmara estão cá para ajudar, não estão cá para fazer o impossível, por isso, nós vamos continuar a fazer o que é possível e quando as pessoas depositarem lá ao lado do caixote do lixo, nós vamos lá, e os monos, vamos lá e recolhemos. Também hoje dizia-me um senhor, o sr. Máximo que ali ao pé do Parque Estrela Vermelha, às vezes quase que parecia que nós recolhíamos, e logo as pessoas iam lá pôr a seguir. Muitos de vocês estão-se a rir, sabem que é verdade. A Câmara está a recolher os monos, as pessoas pensam, estão em casa lembram-se que a Câmara está a recolher os monos e vão pôr os monos, só que quando chegam lá abaixo com os monos a carrinha da Câmara já se foi embora, então em vez do espaço ficar limpo, fica decorado com monos novos e então dá sempre aspeto que aquilo nunca está limpo, por isso, vamos todos colaborar de forma positiva. A Câmara Municipal está a fazer uma campanha, já existem contatos e isto depende um bocadinho do esforço de todos. Da Câmara Municipal e também dos cidadãos, se puxarmos todos para o mesmo lado, vamos certamente poder contar com ruas mais limpas. Dizer também aqui que, falou aqui de uma coisa que eu que lá moro, lá morei até aos meus trinta anos e continuo a ir lá verifico, registasse que há muitos sítios que desde 1975 não foram pintados, é possível perceber qual é que é a estrutura do prédio porque praticamente os prédios e os muretes já não têm tinta. A Junta de Freguesia tem feito um esforço nesse sentido, a Câmara Municipal trocou todo o mobiliário urbano também para ajudar, porque havia alguns deles que já não eram recuperáveis e fazendo esta mudança e esta transição, também está a poupar as Juntas porque não foi apenas ali no Vale da Amoreira e Baixa da Banheira, foi no Concelho todo. Está a ajudar também as Autarquias Locais que tinham essa tarefa de fazer a conservação, sendo bancos novos, precisaram certamente de menos conservação, mas também depois é preciso que as pessoas ajudem a conservar. Está bem que há muitas pessoas que gostam de escrever nos bancos, mas se calhar também não escrevem nas mesas lá de casa ou nas cadeiras lá de casa. Da mesma maneira que não escrevem nas mesas nem nas cadeiras lá de casa também é bom não escreverem naquilo que é de todos, mas isto é senso comum, ou então querem escrever levam uma folhinha de papel e escrevem, escrevem numa folha de papel ou escrevem na mão e depois lavam, mas vamos tentar poupar aquilo que é de todos. A Câmara Municipal compromete-se aqui a continuar a apoiar a Junta de Freguesia a melhorar como já melhorou ao pé do Largo dos Cravos, na zona envolvente ali ao Largo do Cravos, muitas zonas já foram pintadas lá em cima. Há um enorme trabalho a ser feito. No outro dia, numa visita que eu fiz ao Vale da Amoreira mais uns senhores que disseram que se a Junta ajudar, nós ajudamos todos e estamos cá para melhorar isto, e as pessoas é que nos iam dizendo, uma mesa ali não, uma mesa ali sim, porque são as pessoas que vivem o espaço público e nós trabalhamos para elas e é desta interação que nós podemos fazer melhor o nosso trabalho, por isso, fica aqui o nosso compromisso.

Tomamos aqui boa nota de continuar a arranjar os espaços públicos, nomeadamente os logradouros. Há ali alguns logradouros que precisam e merecem ser arrançados. Que os caminhos existentes por onde as pessoas passam, sejam calcetados. Haja iluminação, são colocados uns bancos e é colocada relva, já os logradouros tem um aspeto completamente novo sem que haja enormes custos, já estão identificadas algumas situações como essas, queremos fazer esse tipo de intervenções, para começar mais modestas, mas também à luz do orçamento que temos.

Relativamente à atividade comercial não licenciada como é o caso daquelas oficinas. As Entidades que não estão licenciadas para praticar a atividade é uma queixa à ASAE, se estiver a derramar o óleo é à APA ou à SEPNA identificar as Entidades. Se mandarem para a Câmara Municipal, essa denúncia, não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal é obrigada, todo e qualquer Autarca em função, ficam a saber, é obrigado a comunicar às Entidades Competentes, se tiver conhecimento de algum ato praticado ilegalmente, por isso, somos todos corresponsáveis uma vez que estando informados não podemos fazer de conta que não sabemos, por isso, se mandarem para cá, mesmo não sendo da nossa responsabilidade, nós temos o dever e a obrigação de encaminhar para as Entidades Competentes. Era isso que eu aqui queria deixar, não temos por hábito virar a cara ou fechar os olhos para fazer de conta que não sabemos ou que não vemos, atuamos. Bem sabemos que isso nem sempre nos traz um conjunto alargado de amigos, mas estamos cá para fazer cumprir os regulamentos, estamos cá é para fazer cumprir a Lei para que todos depois possam viver bem em sociedade, para que todos possam conviver conforme."

O sr. Presidente voltou a dar a palavra aos srs. Vereadores para puderem responder às questões colocadas pelos munícipes.

Sra. Vereadora Anabela Rosa disse: "Não querendo repetir aquilo que o sr. Presidente disse, o que eu vou assinalar é que sim, tem havido reuniões com a ULSAR, com os elementos da Administração da Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, que estão muito preocupados com a falta de médicos aqui no Arco Ribeirinho, em particular no Concelho da Moita, e falámos ultimamente, ainda esta semana, relativamente ao Centro de Saúde da Baixa da Banheira. Ora, em virtude da gestão dos recursos da ULSAR, já foi diminuída a lista de espera dos utentes sem médico de família em cerca de três mil e tal utentes, na medida em que já foram atribuídas duas listas de utentes a dois médicos do Centro de Saúde do Vale da Amoreira, portanto, há aqui um apoio a esse nível. Por outro lado, a Baixa da Banheira também beneficia do projeto "Batas Brancas", resultante de uma parceria entre a União de Misericórdias Portuguesa e neste caso a ULSAR, de alguns médicos que dão apoio a nível da doença aguda e recentemente com início nesta segunda-feira dia vinte e cinco, iniciou-se um projeto de teleconsultas precisamente no Centro de Saúde da Baixa da Banheira, na ala direita que estava desocupada à espera que iniciasse a outra Unidade de Saúde que visa precisamente prestar o maior número de cuidados de saúde à população da Baixa da Banheira. Portanto, são dois médicos que estão a funcionar em regime de teleconsulta naquele Centro de Saúde, numa média de trinta e seis utentes por dia. Funciona todos os dias da semana, todos os dias úteis, das quatorze às vinte horas, mediante agendamento. Ora para além das consultas desses médicos, que são médicos de Medicina Geral e Familiar, os utentes que se deslocam para essas consultas são previamente acompanhados por uma Enfermeira e por um Assistente Operacional que fazem toda a triagem, que acompanham o doente e prestam todos os esclarecimentos que forem necessários, mesmo a nível de passagem de medicamentos ou de exames médicos, portanto, consideramos que isto é o aproveitamento das novas tecnologias em benefício da saúde da população e que pode ser um importante contributo para diminuir as preocupações das pessoas com os cuidados de saúde da população.

É um projeto que já foi testado sobretudo no Concelho de Vila Franca de Xira e que está a dar muito bom resultado. Entretanto também já falámos com a sra. Presidente da Unidade Local e mostrámos a nossa total disponibilidade e agrado para se o projeto correr bem e, temos quase a certeza que vai correr bem, esperemos que sim, que possa ser replicado a outros Centros de Saúde aqui do Concelho,

portanto, pensamos que é um importante recurso à disposição das pessoas. Quanto a nós, Câmara Municipal, nas competências que detêm, a nível dos Assistentes Operacionais que prestam serviço nos Centros de Saúde, sempre que algum Assistente Operacional se aposenta, é imediatamente reposto, praticamente ao dia, nós temos tido esse cuidado extremo com recurso à reserva de recrutamento dos Assistentes Operacionais para que não haja qualquer quebra nos apoios e no atendimento.

Também a semana passada, foram finalmente cedidas as três viaturas elétricas aos Centros de Saúde para que possam ter melhores condições para fazer os atendimentos domiciliários, através dos nossos enfermeiros e médicos.

Também estamos a cumprir com aquilo que são as nossas competências no âmbito da transferência de competências, no âmbito do acompanhamento da manutenção dos Centros de Saúde e para além disso também já estamos a mudar os aparelhos de ar condicionado nos Centros de Saúde que estão mais necessitados, já fizemos um estacionamento no Centro de Saúde do Vale da Amoreira para dotar de maiores condições, melhores condições aos profissionais de saúde que lá exercem funções. Portanto, estamos a desenvolver todos os esforços dentro daquilo que é possível junto das Entidades Estatuais competentes, não só para termos mais médicos, como também para termos mais recursos para melhorar as condições dos Centros de Saúde. Relativamente ao que aqui o sr. Castro trouxe, relativamente às podas, a Câmara Municipal já está a levar a cabo a campanha das podas, já estão a ser feitas podas em alguns sítios, no Parque da Moita e, também estamos a fazer as podas e a fazer ali uma reabilitação que se pode dizer, pelo menos a nível das árvores e das estruturas das plantações que estão nos oito Pátios da Fonte da Prata, portanto, havemos de lá chegar, relativamente a essa rua que o senhor disse, que eu tomei nota aqui do Bairro Fundo Fomento, ou seja, muitos sítios, há muitos, muitos anos que as árvores não eram podadas e nós o ano passado começamos a fazer essa poda e vamos continuar, também vamos brevemente replantar árvores que entretanto cortaram por estarem mortas, foram retiradas e está a ser tudo tratado para serem replantadas, quanto ao arranjo de canteiros, também estamos a fazer um pouco por todo o lado, já fizemos em Sarilhos Pequenos, também já foram limpos e arranjados ali os canteiros na Rua 1.º de Maio, na Baixa da Banheira e junto à Igreja da Baixa da Banheira. Portanto nós estamos a trabalhar um pouco por todo o lado e pensamos que em breve já se vai ver algum trabalho feito nesta área. Já agora, também no Vale da Amoreira, também vamos reabilitar os canteiros na Rua Alfredo Diniz."

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A Posição Atual do Orçamento da Receita e a Posição Atual do Orçamento da Despesa Económica do presente ano, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

- O sr. Presidente deu conhecimento, ao executivo, do pedido de suspensão do mandato do sr. Vereador Rui Manuel Marques Garcia, pelo período de seis meses, iniciado em vinte e sete de novembro corrente, tendo sido convocado a integrar o Órgão Executivo do Município, pelo período solicitado, o elemento seguinte na ordem da respetiva lista partidária, sr. Luís Manuel Miranda Amieiro, ao abrigo do n.º 1, do art.º 79.º da Lei n.º 5 – A/2022, de 11 de janeiro.

Sr. Presidente disse: "E agora tenho aqui uma Declaração Política para ler resultante então dos últimos acontecimentos que tiveram lugar e que têm lugar, respeitante à tarifa da AMARSUL. Dizer que fomos, neste caso a Câmara Municipal foi acompanhada por outros Executivos do Partido Socialista, fomos os primeiros a tomar posição relativamente a esta matéria. Tomámos uma posição clara e conjunta sobre

esta matéria, mas também quero que fique aqui claro, hoje em reunião de Câmara, aqui esta Declaração Política.”

O sr. Presidente, em nome dos eleitos do PS, apresentou uma Declaração Política, que abaixo se transcreve:

Declaração Política - PS

“Tomada de posição conjunta dos Municípios acionistas da AMARSUL, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita e Montijo sobre a tarifa para 2025.

No passado dia 18 de novembro, os Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita e Montijo, acionistas da AMARSUL, tomaram uma posição conjunta sobre o projeto de decisão da ERSAR sobre a tarifa para o ano 2025, a fixar-se em 77,04 € por tonelada.

Tendo em conta o despacho do Governo, publicado a 29 de outubro de 2024, em Diário da República, onde são determinados os novos valores de contrapartida a pagar pelas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos e Embalagens (SIGRE) aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) e o aumento galopante das tarifas definidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), suportadas pelos Municípios, esta tomada de posição surge no sentido de se exigir uma redução das tarifas para 2025 face à praticada em 2024 e não, apenas, mantê-la inalterada.

É necessário ter em consideração que, desde 2016, as tarifas definidas pela ERSAR aumentaram mais de 300%, passando de 20 € por tonelada, em 2016, para 77 € em 2024 e a Taxa de Gestão de Resíduos passou de 7 € por tonelada para os atuais 30 € e que passará a ser de 35 € em 2025, valores, estes que, em conjunto, têm provocado um aumento muito significativo na faturação suportada pelos Municípios.

Assim e, considerando que é importante que os valores da contrapartida possam ter um papel efetivo no financiamento da gestão de resíduos, observamos que estão reunidas as condições para baixar a tarifa e não apenas mantê-la exatamente igual a 2024, quando os valores da contrapartida aumentaram e deveriam refletir-se na tarifa.

Esta redução contribuía para um alívio financeiro para os Municípios que se têm deparado com grandes dificuldades em fazer face aos aumentos crescentes com os custos da gestão dos resíduos, permitindo uma folga orçamental para aumentar a capacidade de resposta às necessidades dos municípios.

Desta forma, o Município da Moita, manifesta a sua oposição à tarifa proposta para o ano de 2025, considerando que uma proposta justa seria a redução da mesma.”

Sr. Presidente disse: “Deixar claro que vamos servindo de amortecedores ao aumento das taxas que a ERSAR nos impõe e aquilo que é cobrado aos municípios, temos feito esse amortecedor, mas não é justo, não é correto e põe em causa a nossa capacidade de resposta que como calculam a nossa disponibilidade orçamental seria muito, mas muito superior se os valores não tivessem aumentado como aqui se podem verificar em trezentos por cento face a dois mil e dezasseis.”

O sr. Presidente deu a palavra aos srs. Vereadores para intervirem no Período Anterior à Ordem do Dia.

Sr. Vereador Ivo Pedaço disse: “Gostaria só de salientar aqui uma situação, eu gosto de falar depois do sr. Presidente, assim ouço o sr. Presidente e posso também responder a algumas coisas ou tomar


Moita
MUNICÍPIO

nota de algumas coisas que o sr. Presidente diz. Eu queria só mencionar aqui uma coisa ao sr. Manuel Cerqueira em relação à segurança. Infelizmente como nós sabemos, não só o recrutamento para médicos de família fica com vagas para preencher, mas também as nossas Autoridades quando fazem este recrutamento também ficam com vagas por preencher. Isto porquê. Isto falando como se fosse eu, também não gostaria. A falta de consideração que muitos Partidos têm pelas nossas Autoridades ou por quem nos proporciona a segurança nas ruas e em casa leva a que não haja pessoas a quererem tanto Polícias como Guardas Nacionais e isso provoca que tenhamos menos Polícia na rua que é o que acontece no nosso Concelho, tanto na Baixa da Banheira como aqui na Moita que é a GNR e nas outras Freguesias a mesma coisa. De notar que muitas vezes aqui o Posto da GNR, já me foi mencionado aqui por algumas pessoas, que há dias, principalmente ao fim de semana que só está um GNR ou dois dentro do Posto, os outros andam no carro-patrolha e que têm de ir, tanto a Sto. António e correr o Concelho todo da Moita. A falta de pessoas, a falta de recrutamento é visível, tanto nos médicos, como nos enfermeiros, como também aqui nesta parte da segurança. Em relação aos cortes de árvores, eu vi que foram cortadas árvores no Parque da Moita, umas quatro ou cinco e pelo que eu vi, eu não sou entendido em árvores, é claro, mas quando uma árvore está morta o seu tronco por dentro está podre e pelo que eu vi não estava nada podre. As árvores estavam em excelentes condições e eu como sou um bocado ambientalista nessa parte, porque quem nos dá o nosso oxigénio são as árvores, custa-me a ver que já desde o início do mandato houve muitos cortes de árvores e que foi prometido que eram repostas essas árvores e não foram. Existem ruas, pelo menos na minha rua, dois canteiros em que as árvores caíram, foram lá remover o tronco da árvore, mas até ao momento não foi repostas e no Parque da Moita, logo no início houve muitos cortes de árvores, penso que até mencionei, uma dezena quase e que eram para serem repostas e nunca foram. srs. Vereadores, sr. Presidente, eu desde a segunda ou terceira classe que me foi dito que quem nos dá o oxigénio são as árvores, mas é lamentável que no Concelho da Moita onde havia muitas árvores e que deveriam ser mais ainda porque cada vez temos mais poluição, fazemos o reverso, começamos a cortar árvores e qualquer dia, eu pergunto o que é que nós vamos respirar, porque no País cortam árvores para plantar painéis solares e aqui estamos a cortar árvores, não é para painéis solares certamente, mas não tem razão de ser. Era isso que eu gostaria de saber, se tem alguma razão de ser de andarem a cortar as árvores, pelo menos aquelas que eu vi que estavam em excelentes condições."

Sra. Vereadora Vivina Nunes disse: "Então aqui algumas questões que eu gostaria de colocar, umas são reincidentes outras poderão ser novas. Queria aqui lembrar que já pedimos por algumas vezes, não foi uma nem duas, os relatórios da Comissão de Acompanhamento da transferência de competências, já pedimos várias vezes esses relatórios para percebermos como é que as coisas estão a correr e ainda não nos foi facultado, e gostaríamos de lembrar novamente que precisávamos desses dados para também poder fazer o nosso trabalho com a documentação necessária. Gostaríamos também de saber. E esta situação foi colocada aqui, aquando de um munícipe, penso que na última reunião ou há duas reuniões públicas atrás, falou da questão das Auxiliares da Ação Educativa ou as Assistentes Operacionais das Escolas que estavam em falta e nós perguntámos na altura quais eram os rácios, qual o rácio de cada Escola, de cada Agrupamento e quantas pessoas, quantos trabalhadores estão efetivamente a trabalhar, portanto, também gostaríamos de lembrar que não temos ainda essa informação. Também gostaríamos de saber qual o valor de atendimentos, quantos atendimentos, o número de atendimentos do Balcão de Inclusão, gostaríamos também de saber da atividade do Centro de Atendimento à Vitima e também na última reunião perguntámos, tendo em conta que faz três anos de mandato do Partido Socialista e que no início do seu mandato decidiu colocar novas chefias, mas há um período legal para abrir concursos para as mesmas, nós perguntámos quando e se já estavam em curso e também parece que não nos foi respondido. Gostaríamos de saber se estão abertos os concursos para chefias, se não estão, porque neste momento estão em período de substituição, acho que é assim que se chama e perdoem-me se estou enganada, porque me pode estar a faltar o termo e deixa as pessoas efetivamente menos seguras nos seus postos, prontas a poder ser exoneradas e trocadas se não houver um concurso. Efetivamente as pessoas terem um concurso para cumprir a sua

comissão de serviço. Por último, e como o sr. Presidente fez hoje o contrário daquilo que costuma fazer, costuma dar as respostas e depois nós falamos sobre o período do público, mas gostaria aqui de colocar algumas questões. Questões não, comentários, não são questões. Relativamente àquilo que foi dito que parece que dizemos uma coisa ou outra, porque os outros somos nós. O sr. Presidente é bem claro, dizem uma coisa hoje e outra coisa amanhã, olhe que não. O senhor por exemplo, nas redes sociais e na sua campanha eleitoral o PS encheu-nos de que era má organização da Câmara os monos, as ruas sujas, agora são os munícipes que não cumprem. São dois pontos de vista completamente diferentes e nós até concordamos que sim, que há munícipes que não cumprem, mas antigamente, no mandato anterior, nós explicávamos-lhes isso e não senhor, nas redes sociais do PS não, era falta de organização da Câmara, portanto, sr. Presidente, parece que disse uma coisa ontem e agora diz outra, não somos nós que o dizemos. Depois também em relação ainda aos serviços públicos e à resposta dos serviços públicos. Pois, nós realmente dizemos sempre a mesma coisa. Nós dizemos que é a função do Estado dar resposta e o sr. Presidente disse aqui e bem, que este Governo já deu uma benesse aos professores, então que seja o Governo a dar a benesse aos médicos, que lhes deem condições para eles virem, deem condições aos polícias, é da sua responsabilidade, então é assim que têm de fazer. E em relação àquilo que o sr. Vereador Ivo Pedaço diz que há Partidos Políticos que fazem, não, os Partidos Políticos na Campanha Eleitoral, apresentam todos o seu programa ao povo, infelizmente parece que se vota sempre nos mesmos, não se vota naqueles que têm se calhar programas que defende esse tipo de situações. Portanto, há aqui questões que foram colocadas, que nos parecem até de alguma graça. Ninguém gostou que o Centro de Saúde demorasse aquele tempo a ser concretizado, mas sendo francos, justos e verdadeiros, aquele Centro de Saúde não tem quatro anos de atraso, tem trinta e cinco. E durante estes anos todos o PS que aqui está na Câmara, votou sempre contra na Assembleia da República. Contra a execução do Centro de Saúde. Portanto, vamos dizer sempre a mesma coisa, e nós dizemos sempre a mesma coisa, mas há quem diga de maneiras diferentes, parece que há um PS lá e um PS cá. Não sei, nós efetivamente dizemos sempre a mesma coisa e é fácil. É fácil ir à Assembleia da República e ver quem são os partidos que têm votado contra aquilo que é a qualidade de vida dos trabalhadores. É só ir às votações. Temos de ter um bocadinho de trabalho, é verdade, mas vamos ver as votações e se calhar nas próximas eleições pomos a mão na consciência e vamos ver, vamos lá votar em quem tem um programa que efetivamente dá resposta para a melhoria de vida de todos os trabalhadores e do povo português.”

Sr. Presidente disse: “Dizer em liberdade, dizer aqui uma coisa. É muito engraçado, reparem bem, eu falei em geral e abstrato, os outros nas campanhas a dizer que não se fazia o Centro de Saúde a desmobilização de médicos, dizer uma coisa à quinta-feira e mudar de opinião para dizer outra à segunda. Não falei em nomes, não disse ninguém, não me referi a ninguém em particular, não falei em nenhum Partido Político. Podia ser uma pessoa singular ou uma Organização Coletiva, mas houve logo quem se tivesse acusado e eu não percebo. Eu não fiz qualquer menção, mas houve logo quem se tenha acusado. Não sei se se acusou porque sentiu, se se acusou porque se reviu, mas eu quero dizer que me mantenho fiel exatamente aos termos da declaração que fiz e continuo a dizer, Nós dizemos atualmente o mesmo que já dizíamos, a diferença é que agora temos contratualizado serviço para recolha de monos com Empresas Privadas para ajudar os nossos Serviços Municipais a fazer esta mesma recolha, temos ajudas externas contratualizadas, temos mais trabalhadores, sejam eles do Setor Público, sejam eles do Setor Privado com Empresas, para nos ajudar a manter as ruas mais limpas, os espaços públicos mais limpos, a recolher mais monos, mas como em tudo na vida há limites e humildemente também dizer que precisamos da colaboração das pessoas. Eu na Campanha Eleitoral, eu sei, fui eu que fiz a Campanha Eleitoral, foi há três anos, eu não sou esquecido. Há pessoas que se esquecem, infelizmente eu não me esqueço, eu lembro-me de ir a sítios e a erva ou mato, se é assim que se queira chamar, dava-me pelo ombro ou pela cintura, eu lembro-me bem. Basta irem ver o vídeo da campanha, vão ver o vídeo da campanha e vejam como é que a situação estava. É fácil ver, eu tenho boa memória, está lá o vídeo, fica registado. Hoje o que as coisas têm de positivo é que ficam registadas e depois dá para comparar. Eu sei que há pessoas que depois não gostam das comparações ou ficam

um bocado incomodadas quando se compara, mas inegavelmente que as coisas estão melhores do que o que estavam e depois davam-se múltiplas desculpas para as coisas não serem feitas. O que é certo é que agora se calhar, não cedemos autocarros para irem para certos sítios, não cedemos o varino para irem a certos sítios, mas alocamos os recursos onde eles são mais necessários. Alocamos os recursos onde eles são efetivamente necessários, a servir a nossa população.

Iria só pedir aos elementos do público que usassem do silêncio para que não interrompessem a sessão para que nós continuássemos aqui a fazer as nossas intervenções.

Depois, dizer que também é mentira ou se quisermos ser simpáticos, é uma inverdade quando se diz aqui que o PS votou contra. Houve quem dissesse que votámos dezoito vezes contra, mas quando foi pedido para ser provado, nunca o provaram. Isso dizer, "palavras levam-nas o vento", provar é outra coisa. E dizer que o que se levava e que os senhores levavam, era um instrumento que antigamente era conhecido como o PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), era aprovado aqui em reunião de Câmara o PIDDAC que era basicamente uma lista de compras, queremos isto e isto e isto, sem priorizar, sem haver uma verdadeira e efetiva priorização. Eu quando reúno hoje com um elemento do Governo, o Concelho da Moita, fruto de anos de imobilismo têm montes de necessidades, tem um conjunto alargado de necessidades. Meus senhores, eu não vou para lá pedir-lhes tudo senão o homem ao final de meia hora está cansado, vira costas e vai-se embora. Não, eu tenho de dizer, sr. Secretário de Estado, sr. Ministro, no quadro das necessidades do Concelho da Moita há muitas carências de entre as quais esta e esta são as prioridades, fecha. Porque se eu pedir tudo, não vou ter nada e o que se andou a fazer durante muitos e muitos anos, forças políticas andaram a fazer, foi a acenar a bandeira a pedirem tudo, tendo a certeza de que depois aquilo como ia em bloco, pediam tudo, era desconsiderado e não tinham nada, mas depois podiam sempre vir aqui e usar como bandeira, vejam lá, nós pedimos, eles estão lá são maus e não dão. Mas se calhar, se houvesse um trabalho consolidado e sólido, conseguia-se algumas coisas, como nós estamos a conseguir. Mas pedimos sustentavelmente o que consideramos ser mais necessário, não pedimos tudo de uma vez. Quando fomos agora ao Ministro das Infraestruturas, pedimos um novo Nó de ligação à A33, fecha, parágrafo. Fomos lá, o que é que vocês querem, o novo Nó de ligação à A33. E então é o resto. O resto é a Ponte, se quiserem fazer a Ponte, façam a Ponte Rodoferroviária, estamos plenamente de acordo. No que diz respeito à Moita a única consideração que temos a fazer é queremos o novo Nó de ligação à A33 para desbloquear o trânsito na Moita. Foi o que pedimos. Temos de ser objetivos e concisos naquilo que queremos. Eu bem sei que estamos muito próximos da Época Natalícia, mas isto não vai lá com cartas ao Pai Natal que era o que antes se fazia, escreviam-se cartas com uma lista de pedidos à espera de que viessem e que não vinham, é normal, era recusado. E quando aqui se fala, sabem quando as palavras não coadunam com a prática. Uma coisa não coaduna com a outra. Votem nas forças políticas que lutam mais pelos trabalhadores e pela qualidade de vida dos trabalhadores. Eu bem vi a qualidade de vida que os trabalhadores da Câmara da Moita tinham quando eu cá cheguei. Eram pessoas nas Portarias que não conseguiam gozar as compensações, havia pessoas nas Portarias com noventa compensações. Noventa compensações, são noventa dias em que a pessoa se pode ausentar ao serviço da Câmara. Como é que isso é possível. Fora que neste Edifício não tinham copa, queriam comer, trazer a comida de casa, tinham de comer em cima da secretária. Dizer-vos agora que o refeitório da Câmara Municipal está aberto vinte e quatro horas por dia. Os trabalhadores que fazem o período noturno se quiserem trazer comida de casa podem utilizar o refeitório. O refeitório só está aberto como refeitório para a hora de almoço, mas no restante horário está disponível como copa, com micro-ondas para que as pessoas, os trabalhadores da noite tenham ali um espaço para poderem tomar ali as refeições, não é nas oficinas como era antigamente, não é espalhados pelas oficinas com más condições, por isso, falemos verdade, falemos as coisas como elas têm de ser ditas. A Câmara Municipal está a fazer um conjunto alargado de investimentos na melhoria das condições dos trabalhadores porque quer prestar um melhor serviço à população. É por isso que estamos a fazer a Divisão da Educação, quando digo Edifício da Educação, aquilo tem problemas de diversas ordens, por ser um Edifício antigo, por estar num Edifício de habitação, não é um Edifício definido para serviços e estamos a fazer um Edifício de raiz para serviços com melhor

acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, para todos poderem aceder ao serviço e com melhores condições para os trabalhadores. Isto sim é pensar na qualidade de vida dos trabalhadores. Fizemos mais mobilidades nós em dois anos do que os senhores quando cá estiveram nos outros quatro anos anteriores, mobilidade intercarreiras, ou seja, progressões, requalificações. Fizemos uma parceria com a Universidade Independente em que os trabalhadores que queiram estudar têm desconto de dez por cento no valor das propinas para poderem fazer a progressão dos seus estudos. Temos feito os RVCC's, a quantidade de pessoas que tinham o 6.º ano, passaram a ter o 9.º e que agora têm o 12.º ano, porque a Câmara proporciona essa possibilidade o que permite às pessoas depois passar de Assistente Operacional para Assistente Técnico. É uma coisa que no passado não existia e é uma aposta nossa. Isto é qualidade de vida, é melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, por isso, meus senhores, se o querem implementar a nível nacional, pelo menos quando tinham oportunidade de o fazer a nível de uma Autarquia Local, podiam demonstrar o seu real valor e fazer e tomar em mãos tais práticas. Não o fizeram, nós sempre dissemos que queríamos sim, efetivamente melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, porque acreditamos que trabalhadores mais satisfeitos, mais motivados, desempenham melhor as suas funções, ou seja, servem melhor a nossa população. É um círculo virtuoso que aqui se forma e que todos saem a ganhar. Saem a ganhar os trabalhadores, saem a ganhar a nossa população, ganhamos todos."

Sra. Vereadora Daniela Casimiro disse: "Para bom entendedor, meia palavra basta e nós não temos problemas em dizer quando é o PS. Nós tratamos as coisas pelos nomes. Quanto a vocês, tudo aquilo que não é concretizado é culpa do outro, ou é de quem cá esteve ou dos munícipes. Tudo aquilo que fazem é perfeito e quanto a mim isso é preocupante, porque faz com que os erros não sejam corrigidos. Acrescentando ali à Vereadora Vivina, gostaríamos de saber o ponto de situação relativamente à proposta apresentada pela CDU e aqui aprovada, que diz respeito à intervenção para melhoria da segurança de circulação na Rua de Palmela."

Sr. Presidente disse: "Cara vereadora, primeiro dizer antes de mais que não tem nada com que se preocupar. Nós temos a humildade de reconhecer e sempre que é possível melhorar. Nós fazemos as alterações que consideramos necessárias em todas as áreas e em todas as vertentes. Não tivemos problemas, ao contrário de outros que os tiveram, em reconhecer que os trabalhos na Rua São Sebastião não estavam a andar com a velocidade que nós queríamos e trocar o empreiteiro. Não tivemos esses problemas, sabendo que essa responsabilidade seria nossa e a obra agora está a andar com todo o fulgor. Agora, outros no passado, tiveram uma postura diferente e isso sim é preocupante, embora agora digam o contrário, que têm outra postura, no passado viu-se que a prática que tiveram quando foi o Centro de Saúde da Baixa da Banheira. Já imaginou o que é que era aplicar este Executivo Socialista a praticar tais práticas às situações que temos agora correntes. Era as obras estarem paradas, os empreiteiros não aparecerem e deixar aquilo seguir eternamente à espera que os senhores se lembrassem de vir cá e concluir a obra. Essa nunca foi a nossa forma de estar. É por isso que mudamos, renovamos e inovamos em muitas áreas. Nem sempre ao mesmo tempo, nem sempre que é possível fazemo-lo, mas sempre que é possível, quero dizer que o fazemos. Fizemos agora recentemente com a abertura do Gabinete de Apoio ao Empreendedor e ao Empresário. Não o fizemos logo no início do mandato, fizemo-lo agora. Vimos uma oportunidade de melhoria, tínhamos os meios e fizemo-lo, também da mesma forma que fizemos em muitas outras áreas. Por isso, queira a sra. Vereadora saber que temos a humildade de reconhecer que há sempre oportunidades de melhoria, que não está tudo feito, que é sempre possível inovar e melhorar e é por isso que depois de fazer, repito, depois de fazermos as obras no refeitório da Socorquex, achámos que, e estávamos atentos às oportunidades, achámos que podíamos deixar aquilo aberto como copa, porque estamos atentos, ouvimos as pessoas, ouvimos os trabalhadores, contactamos com eles, falamos com as pessoas na rua, estamos com elas, olhamo-las olhos nos olhos, falamos para elas e ouvimo-las, é esse ganho, é essa nossa mais valia que temos e tomamos notas e dentro do que é possível cumprimos a palavra que lhes damos, dentro daquilo que é possível fazer, nós cumprimos sempre a palavra que é dada, não

prometemos nada que não possa ser cumprido. Relativamente à questão que colocou, como calcula aquilo é um projeto, precisa de ser avaliado, os projetos demoram tempo, demoram a ser feitos. Não está à espera de que a entrada da proposta que veio da CDU que nesta reunião aquilo estivesse feito, até porque o processo como eu lhe disse há muito, já há algum tempo se tinha iniciado. Obrigará à avaliação do tráfego de trânsito, fazer o levantamento da via entre muitas outras coisas e demorará o seu tempo. Mas também lhe quero dizer que nunca o negámos, existem muitas outras prioridades que neste momento estamos a resolver, como é algo que prometemos que iríamos fazer o alargamento da via junto ao Matão e que está neste momento a acontecer. Se calhar muitos também duvidavam, tal como dissemos que iríamos melhorar aqui na Avenida principal, retirar as grelhas, porque aqui mais uma vez, a qualidade de vida dos trabalhadores é não exigir que os trabalhadores cavem mais de um quilómetro, uma vala de mais de dez centímetros que fica cheia de terra compactada, quando nós sabemos que aquelas caleiras não faziam drenagem há mais de muitos anos, e foi uma das primeiras decisões que tomámos, foi fazer um projeto para fazer a renovação integral daquele espaço e tirar aquelas grelhas. Isto foi no início do mandato, está a ser feito agora. É para que a sra. Vereadora veja. Entre o tempo da tomada de decisão, do projeto, do lançamento do concurso e da execução, ver o tempo que demora. Mas o principal é o querer, é a vontade, e a vontade do querer fazer, por isso, está a ser feito. Está a ser feito o alargamento ali da via do Matão, que irá contribuir para o desafogamento do trânsito aqui da Marginal. A Marginal vai passar a ter uma rede de drenagem de água pluviais que não irá entupir, que não irá necessitar de tantos trabalhadores a fazer aquele trabalho de desentupimento daquelas grelhas. Ganham os trabalhadores, ganham os munícipes, ganhamos todos. Juntos, continuamos então a fazer a diferença. Fazemo-la aqui e a breve trecho haveremos de chegar a outros lados, como hoje iremos aprovar um conjunto de propostas também em outros lados, que foi demorado, foi necessário fazer propostas e que temos aqui para aprovar."

Sra. Vereadora Vivina Nunes disse: "Então sr. Presidente, ficou provado que os outros eramos nós, os outros que estiveram cá no passado, fomos nós que estivemos cá, portanto o outro foi sempre dirigido a nós, sempre, foi sempre..."

E já agora sr. Presidente, estou com o uso da palavra e gostava que não me interrompessem. Depois, desculpe, não costumo fazê-lo, mas vou usar aquilo que o senhor disse. A CDU fez sempre cartas ao Pai Natal, pois se calhar estamos em campanha eleitoral e o sr. Presidente agora parece o Pai Natal com muita prenda dentro do saco. Espero é que a população da Moita quando for votar saiba que o Pai Natal é uma figura de ficção."

Sr. Vereador Luís Amieiro disse: "Eu queria só dizer aqui duas coisas, e até uma delas em relação ao senhor, salvo erro, foi o sr. Jimmy que falou, não tenho agora a certeza se foi o sr. Jimmy se foi o sr. Manuel Sequeira, sobre a situação daquelas pessoas que fazem as mudanças de óleo. Foi o sr. Jimmy, pronto. Na resposta o Presidente a Câmara sugeriu que fossem apresentadas queixas junto da ASAE, junto de Entidades competentes que possam multar, eu da minha parte e da parte dos Vereadores da CDU certamente que penso que será mais, digamos, porque sabemos a facilidade com que as entidades em Portugal têm em multar e em tirar dinheiro aos portugueses que infelizmente o nosso dinheiro já é tão pouco, mas quando é para multar os nossos governantes, as nossas entidades são pessoas de mão cheia, quando é para dar são pessoas de mãos vazias. Por isso talvez fosse preferível numa fase inicial chegar junto dessas pessoas, fazer uma ação mais profilática, digamos assim, ter uma conversa, isso não é bom porque isto é um espaço público, é um espaço de todos e era bom que deixassem de fazer isso. Ter essa intervenção, se é que ela nunca foi feita ou se já foi feita. Não sei se será esse o caso. É apenas e só uma sugestão, para que as coisas depois não descambem para tribunais, para pagamentos de multas, enfim, para situações menos agradáveis, esta era a primeira situação. A segunda situação, era fazer aqui um elogio ao Partido Socialista, porque às vezes também temos de elogiar os nossos adversários políticos e até depois da intervenção do Vereador Ivo, ia fazer uma intervenção em relação à Freguesia Gaio-Rosário, Sarilhos-Pequenos, da qual a nossa Vice-Presidente também faz parte e, portanto, ela saberá tão bem como eu aquilo que eu estou a falar."

Depois do Vereador Ivo ter falado do abate das árvores ali no parque, eu vou mudar o discurso em relação àquilo que eu realmente iria dizer e iria falar. Eu ia dizer que era bom que essas pessoas, que as pessoas da Câmara, também digo, tenho visto o Vereador António também algumas vezes lá junto à escola, isso eu tenho, a escola que a CDU ajudou a manter, porque houve uma altura em que só os pais e as famílias daquelas dez ou onze crianças que lá andaram, quando os Governos PS, PSD-CDS, queriam fechá-la e que fomos nós, os pais e as mães com os dez, onze alunos que lá andavam que conseguimos manter sempre aquela escola aberta, nós CDU, nós Partido Comunista Português, eu ia pedir ao executivo da Câmara, mas eu agora tenho de fazer o elogio a eles, depois do Vereador Ivo falar daquelas árvores, depois daquele senhor que já tem aparecido aí algumas vezes que eu infelizmente não me lembro do nome. Um senhor que vem falar do abate de diversas árvores, se calhar até é bom que a Freguesia Gaio-Rosário, Sarilhos-Pequenos continue meio ao abandono em certas e determinadas situações, porque senão qualquer dia eles começam a aparecer por lá e a abater todas aquelas árvores que nós temos naquele espaço tão bonito no Rosário, Gaio e Sarilhos-Pequenos. Era só esta a minha intervenção."

Sr. Presidente disse: "Sr. Luís Amieiro, agradecer-lhe o elogio, mas certamente não colhe, porque a Freguesia teve um investimento e tem tido um investimento que não teve nos últimos quatro anos, ou seja, em menos de três anos teve mais investimento do que nos últimos quatro anos do executivo anterior e até anteriores. Porque veja-se, eu bem sei que o COVID é desculpa para tudo. Eu não sei o que é que o COVID tem a ver com o pôr uma nova adutora de água, eu não sei o que é que o COVID tem a ver com arranjar um para-raios, eu não sei o que é que o COVID tem com o arranjar da pintura de uma sala. É assim, o COVID nunca proibiu os trabalhos de Construção Civil. A Construção Civil nunca esteve impedida de trabalhar. Até era uma altura providencial para que o executivo CDU pudesse fazer obras. Agora pensem comigo, na altura do COVID havia menos pessoas na rua, menos carros a circular, menos pessoas nos equipamentos públicos, era aí que a CDU, diz que tinha até pessoas que podiam estar disponíveis do setor público ou privado, contribuir para o País para desenvolver esse tipo de atividades, para quê, para quando o País voltasse e retomasse as atividades já Sarilhos Pequenos ter água em condições, que só teve quando nós ganhámos as eleições e tivemos de resolver o problema da adutora. Foram cento e vinte mil euros, resolver o para-raios ali na Freguesia do Gaio-Rosário, depois houve obras de pequena dimensão que eu agora já nem sequer dou nota. Aquela obra importantíssima dos esgotos à entrada do Gaio, de enorme dimensão que agora aquilo está tapado, já ninguém dá importância ao trabalho que lá houve, o que é normal e é natural, e é normal que o sr. Vereador Amieiro já tenha esquecido dessa obra, não lhe leve mal. Depois, este mandato ainda não acabou e lembrar que votámos favoravelmente a entrega de setenta e cinco mil euros para fazer a requalificação do Moinho da Moita, projeto esse que vai avançar, o concurso vai ser lançado agora em breve pela Junta de Freguesia, ou seja, foi o projeto, foi o dinheiro, a obra vai ser agora lançada pela Junta de Freguesia, por isso, a sra. Vereadora Vivina falou aqui uma coisa e disse uma grande verdade, não podemos acreditar no Pai Natal, por isso é que não podemos acreditar nas promessas que foram feitas ao longo dos anos pela CDU, que prometeu uma Piscina e nunca a concretizou. Nós tudo aquilo que prometemos e que está no nosso programa Autárquico, estamos a executar, uma por uma, todas estão a ser executadas. E outra coisa, quando se fala do corte e do abate de árvores e de Palmeiras, já agora se me permitirem as Palmeiras também, são espécies vegetais, eu convidava a irem para, neste caso Sarilhos, ali para a zona da Associação Naval de Sarilhos e verem as Palmeiras que foram lá replantadas ou então as Palmeiras que foram replantadas no Caís do Descarregador em Alhos Vedros, queriam retirar umas, pôr outras, nós colocámos de uma espécie que é mais resistente ao escaravelho. Depois as Palmeiras que nós colocámos no Largo do Coreto no Parque José Afonso na Baixa da Banheira ou as dezenas de árvores que colocámos no Parque José Afonso na Baixa da Banheira. Se calhar devíamos contabilizar essas árvores. Lembrar que a CDU, que no sítio onde se faz o "Oktoberfest", aquela zona toda, aquele eixo principal, tinha cepos de antigas Palmeiras, estavam ali há uns quantos anos. Cortaram as Palmeiras, foram cortando, cortando e deixaram aquilo assim ao abandono. Há senhores e há pessoas que frequentam aquele espaço e sabem e agora vêm árvores

quando vão para lá desenvolverem as suas atividades. E há muitos sítios onde as árvores tinham sido cortadas e que nós aqui as recolocámos. Agora a questão que se coloca é esta, é possível em três anos alterar ou recuperar aquilo que não foi mantido durante quarenta e seis, que era só fazer a manutenção e não se fazia. A pergunta que tem de se fazer honestamente é esta. Eu uma vez fui a uma escola em Alhos Vedros, uma escola primária em Alhos Vedros em que a Professora me perguntou, primeiro ano de mandato, eu já contei esta história a título particular, acho que vou contá-la pela primeira vez em reunião de Câmara.

Sr. Presidente, temos aqui um problema. E eu, diga-me o que é que se passa sra. Coordenadora, era a Coordenadora da Escola. Temos aqui uma árvore que este ano não foi podada. E eu fiquei preocupado, os serviços podam as árvores, este ano não podam as árvores, então o que é que se passa. Eu perguntei-lhe, olhe, desculpe, quando foi a última vez que a árvore foi podada. Ah nunca foi podada e eu então pronto está bem, então vamos fazer algo que nunca foi feito, podar aquela árvore naquela escola em Alhos Vedros, da mesma maneira que podámos no Vale da Amoreira que estão aqui sabem que é verdade. Agora falta é podar noutros sítios do Vale da Amoreira que também nunca tinham sido podados. As Acácias na Rua das Acácias que nunca tinham sido podadas, no Vale da Amoreira, por isso, desde plantar árvores, desde podar árvores, desde tirar aqueles, para quem gosta das árvores, tirar aqueles ladrõezinhos em baixo para que elas possam crescer com mais vigor e mais fulgor. Se calhar vamos ter de cortar aquelas árvores aqui secas à frente da caldeira da Moita ao lado do repuxo de água que estão ali plantadas há anos e não crescem mais do que aquilo. Se calhar não são as árvores indicadas para aquele local, que já me foi dito pelos serviços. O que é que vamos fazer àquelas árvores que estão ali plantadas há anos e não ganham copa e algumas delas já estão secas, se calhar não são as mais indicadas para aquele local, como outras em outros sítios. Hoje estive no parque Estrela Vermelha e as árvores estão lá plantadas, porque eram aquelas árvores que se plantavam naquela altura, levantam as calçadas todas e as pessoas estão ali fartas de cair. Depois, eu não posso pura e simplesmente cortar a meu belo prazer, não podemos nós cortar a nosso belo prazer as raízes porque estamos a retirar o sustentáculo das árvores e depois quando vier uma tempestade elas abanam e se calhar como não tem o suporte podem cair, com uma maior probabilidade, por isso não é só cortar, não é só dizer às pessoas, isso está levantado vamos cortar as raízes. Porque quando estamos a cortar as raízes, estamos a enfraquecer o suporte das árvores. Depois quando elas caíem ou elas adoecem, lembramo-nos, ah se calhar não devíamos ter cortado aquela raiz. Por isso, aquilo que parece fácil, se calhar temos todos de olhar, perguntar aos serviços, os serviços por norma respondem, explicam porque é que aquela árvore foi cortada e não outra, porque é que é feito aquele trabalho e não outro e nós vamos fazendo e ajustando. Agora, que fique claro, plantámos muito mais árvores do que aquelas que foram cortadas, muito, mas muito mais árvores, então no parque José Afonso, para amostragem e no resto do Concelho. Agora, é assim, deixaram-nos um trabalho hercúleo, mas cá estamos nós para continuar a dar resposta a todas as situações que nos vão aparecendo. Ah e já me esquecia, uma das primeiras Palmeiras foi na célebre rotunda da Palmeira em Alhos Vedros, que estranhamente aquela Palmeira adoeceu, esteve quase para morrer, mas os nossos serviços trataram tão bem dela e cuidaram tão bem dela que ela contra a vontade de alguns e aqui não estou a particularizar ninguém, que fique claro, ela lá ganhou forças e lá se manteve e lá vingou, como hão de vingar muitas outras árvores, hão de vingar muitas outras Palmeiras no nosso Concelho. E quem diz vingar Palmeiras e árvores, irão vingar muitos outros projetos no nosso Concelho, seja a favor ou a desfavor da vontade de alguns que eu bem sei que se calhar gostariam mais que as coisas pudessem estar a correr mal para poderem falar mal.

Assim, as coisas estão a correr bem, o trabalho é mais difícil, têm de inventar e vão aparecendo perfis falsos nas redes sociais, o que também é normal. É o lado "Trumpista" da nossa política agora em Portugal. O lado "Trumpista" da nossa forma de trabalhar em Portugal, mas como nós continuamos a trabalhar para pessoas de carne e osso, para pessoas reais, vamos continuando ignorando e fazendo o nosso trabalho como deve ser feito."

Sr. Vereadora Sara Silva disse: "Pegando aqui um bocadinho nas palavras do Vereador Amieiro, sou da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos com muito gosto e com muita honra e acho que esse sentimento é mútuo para nós os dois. É verdade, com muita honra como eu dizia. No entanto eu deveria aqui lembrar que tal e qual como o sr. Presidente disse em relação à adutora, àquele bocadinho que faltava fazer à adutora, mas que fazia toda a diferença para a população de Sarilhos-Pequenos. Eu também sou do tempo em que nas Festas de Sarilhos, nós tínhamos necessidade de tomar banho e não tínhamos água, os rebentamentos eram permanentes e foi precisamente isso que a partir do ano passado deixou de existir em Sarilhos-Pequenos, que era rebentamentos a toda a hora, em que a própria população não tinha condições de viver naquele sobressalto que era ter constantemente as condutas rebentadas. E aí fizemos a diferença, fizemos o resto da adutora que fez toda a diferença para a população. Quem não é de lá não sentiu tanto, mas quem é de lá de facto verificou a diferença. Também houve abates em Sarilhos Pequenos, também houve abates de árvores em Sarilhos Pequenos. Houve abates de Palmeiras que estavam cheias de bicho e que constituía uma preocupação e uma questão de Saúde Pública para a população, durante muitos anos e aí também nós fizemos essa substituição. Arrancámos, abatemos aquilo que não estava em condições. Fizemo-lo na Rua de São Domingues, na estrada que vai para a Associação Naval, mas depois replantámos outras Palmeiras, portanto aqui fizemos a replantação que é aquilo que também vamos fazendo um pouco. Pode não ser tudo ao mesmo tempo como diz o sr. Presidente, mas vamos fazendo. Mas também replantámos novas árvores no Parque de Merendas, sabe porquê sr. Vereador, porque foi feita uma obra lá e infelizmente retiraram as sombras no Parque de Merendas em Sarilhos-Pequenos. Uma obra belíssima, podia ter dado certo, mas que não deu porque retiraram as sombras e aí nós também fizemos uma replantação, replantámos novas árvores e novas sombras de Pinheiros no Parque das Merendas que espero que no próximo ano já tenha mais condições para as pessoas usufruírem. Também fizemos mais uma coisa. Atrás da Igreja havia uma obra que foi feita também, uma coisa bem pensada de facto, mas que nós tivemos de a retirar, porquê, porque não permitia a passagem dos veículos de recolha de resíduos e, portanto, nós tivemos de remendar, se assim me permitem essa obra também em Sarilhos-Pequenos e, portanto, Sarilhos-Pequenos neste momento está a andar, assim como está o Gaio, Rosário e Sarilhos-Pequenos, toda a Freguesia. Dar-lhe também nota que aquilo que não foi feito, nós no espaço de um ano passámos a fazer e começámos a dar condições às pessoas. É verdade que é preciso fazer muito, sim, em todo o Concelho. Agora nós fizemos um trabalho, iniciámos um trabalho e mais, reconsiderámos o trabalho que tinha sido mal feito e que nós o fizemos de acordo com aquilo que era para ser feito e que era para melhorar as condições da população.

Dar aqui uma nota à sra. Vereadora Vivina, que nos puxou a questão dos monos e que nas redes sociais, a Câmara antigamente na campanha dava conta da falta de higiene urbana e não sei o quê. Sim, sra. Vereadora também aqui nós fizemos um trabalho que está a ser a pouco e pouco e paulatinamente está a ser um trabalho que era necessário ser feito neste Concelho. Já desde o início que implementámos um serviço externo, porque infelizmente não temos equipas internas suficientes para assegurar estes serviços, vocês faziam com recurso internos, não havia esses recursos internos em quantidade para o fazer, por isso é que nós, e bem, optámos por uma externalização de serviços que nos permitia dar uma ajuda às nossas equipas porque infelizmente aquilo que não foi acautelado foi a substituição dos trabalhadores ao longo destes últimos anos que deveria ter sido acautelado, não foi e por isso, nós quando entrámos tínhamos cerca de trezentos e oitenta operacionais em falta e, portanto aí fazia sentido nós contratarmos estes serviços externos para que a higiene urbana pudesse no fundo ter aqui algum fôlego e caminhar noutro sentido que não aquilo que tinha sido feito. Mas para além disso na higiene urbana também fizemos campanha de sensibilização, iniciando os biorresíduos com a recolha seletiva porta a porta e que este ano alargámos também para além das moradias a prédios, alargámos às empresas, alargámos às cantinas, aos lares, à restauração, portanto estamos aqui a fazer um caminho que não tinha sido feito. Para além disso tudo, implementámos os Ecocentros móveis que permite a recolha de cápsulas, de óleos, de lâmpadas, de tóneres e para além de tudo as ilhas ecológicas que fazem toda a diferença junto aos Mercados, portanto aqui também na higiene urbana aquilo que não havia nós conseguimos implementar e bem com o alargamento a todo o território e

Handwritten mark or signature in the top right corner.

estamos num bom caminho. É verdade que ainda existem ervas. É verdade que ainda existem monos, é verdade que temos de trabalhar, é verdade isso tudo, mas fizemos um trabalho que até agora não tinha sido feito. Depois também por fim para responder ainda à sra. Vereadora Vivina, que disse que o sr. Presidente agora vem com muitas prendas dentro do saco, pois é sra. Vereadora Vivina, mais vale vir agora com muitas prendas do que um mês antes das eleições, portanto agora é hora de realmente virmos com muitas prendas dentro do saco. Dizer também que aquilo que a sr. Vereadora Daniela referiu e que eu aceito, que parece até que tudo o que o PS faz é perfeito, não, porque somos humanos e também erramos e diz que é preocupante ter essa perceção. Eu diria que preocupante mesmo é usar a mentira e a desinformação como arma de protagonismo nas redes sociais, isto de facto é que eu considero preocupante.”

Sr. Vereador António Pereira disse: “Como colocaram algumas questões relativamente à área do pelouro eu vou então dar aqui alguma informação. Pegando naquilo que foi a última das questões que foram colocadas relativamente àquilo que foi o acompanhamento do que é o atendimento das pessoas vítimas de violência no nosso Concelho, são números dramáticos, são números que condizem com aquilo que é o estado do País. Infelizmente, de janeiro a quinze de novembro deste ano, já se contabilizam cerca de vinte e cinco mulheres mortas, assassinadas, vítimas de violência, portanto, é algo que é realmente de nós termos preocupações acrescidas. Nesse quadro, tivemos segunda-feira com o Município vizinho, com o qual temos um protocolo com uma entidade que faz os atendimentos, portanto, faz o acompanhamento e o atendimento às pessoas vítimas de violência doméstica e estes são os dados que estão recolhidos, estão conhecidos, que são como disse preocupantes para nós, para nós como sociedade, para nós como executivo, obviamente nas políticas públicas que estamos a pôr em prática e aqui não é segredo para ninguém o número de atendimentos. Este ano já se fez cerca de mais de seiscentos atendimentos entre o Barreiro e a Moita. Eu apresento estes números aqui, não sendo proteção de dados, mas sobretudo para nos lembrar aqui desta calamidade, deste problema, desta problemática emergente, tanto no caso do Barreiro como da Moita, este protocolo que está para ser celebrado para uma nova continuidade daquilo que é os territórios, estes dois territórios na Rede Nacional do Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, portanto, estes seiscentos atendimentos já realizados até outubro deste ano, trinta e cinco são processos nossos, são processos aqui do Concelho da Moita, cerca de onze são da Freguesia da Baixa da Banheira. Estes são os dados que depois nós iremos partilhar, obtendo também nesta altura, nesta data que estivemos a assinalar a data do 25 de Novembro como o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres e estes são os dados que são arrebatadores. A cada dez minutos que passam há uma mulher que é morta, que é vítima de violência, portanto terminando a minha intervenção, será mais uma mulher que infelizmente e lamentavelmente estaremos a contabilizar para estes números. Em relação a esses dados das pessoas em situação de acompanhamento de apoio e processos, nós iremos fazer chegar essa informação assim como iremos fazer chegar a informação de cinco anos deste protocolo, deste acompanhamento que é feito no âmbito deste protocolo por via dos dois Municípios e da CIG (Comissão para a Igualdade de Género), iremos partilhar os dados que agora também recebemos neste dia em que estivemos a assinalar então este dia da Eliminação da Violência Contra as Mulheres Vítimas de Violência. Relativamente aos atendimentos do Balcão da Inclusão, também lembrar aqui que com a descentralização das competências em Ação Social, aquele modelo, aquilo que são os atendimentos. Nós estamos num outro modelo de intervenção de acompanhamento social por via daquilo que são os acompanhamentos e o atendimento a nível da Ação Social, com três entidades que protocolamos, portanto há aqui mais entidades que estão a fazer o acompanhamento e atendimento e obviamente na área da Deficiência e da Incapacidade, estão connosco também a fazer estes atendimentos, há efetivamente aqui estes atendimentos específicos, mas sobretudo apostamos muito até naquilo que são as Associações, as entidades que têm esta área como especialização e que fazem estes atendimentos que ativam direitos, que ativam proteção na Incapacidade e na Deficiência e é nesta condição também que iremos, dentro de muito em breve celebrar um contrato de comodato com uma Associação local que trabalha nesta área e iremos dar mais recursos e mais condições para que

também nesta área da Inclusão poderemos fazer este trabalho com estas entidades locais e que têm realmente esta competência para ativar estes meios de proteção. Também é neste quadro que iremos reforçar este trabalho.

Sobre as Auxiliares, o Pessoal não Docente, naquilo que é a descentralização das competências nesta área do Pessoal não Docente, as Assistentes Operacionais, Auxiliares de Ação Educativa e das Assistentes Técnicas, penso que quase todas as semanas nós temos estado aqui a fazer o acolhimento a novas trabalhadoras para os seis Agrupamentos de Escolas, para efetivamente termos aqui, conseguirmos chegar aos números que são sempre dinâmicos e que se vão sempre alterando todos os dias. Há aposentações todos os dias, há situações de cessação de contratos, alteração dos contratos de trabalho por outros trabalhos que são, entretanto, obtidos por estas pessoas que estão nesta condição, mas obviamente que estamos aqui até ao final do ano a fazer este compromisso de ter de cumprir este rácio das Auxiliares de Ação Educativa e dos Assistentes Técnicos e portanto, temos estado a comparecer a todos os Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas onde alguns já vamos conseguindo, alguns destes seis Agrupamentos estamos a conseguir fazer o cumprimento dos rácios. Ainda hoje falei com o sr. Delegado Regional da DGEST e vai alterar aqui esta métrica, este número, não será uma alteração de fundo mas é também esta informação que tenho, que vão alterar estes rácios relativamente ao Pessoal não Docente, também com aquilo que é e nós estamos a aguardar algumas Portarias relativamente à colocação das Auxiliares para as crianças portadoras de necessidades específicas e portanto estamos neste enquadramento até ao final do ano, reforçar por via do nosso procedimento concursal que fechou e temos uma lista de reserva de recrutamento que estamos a ativar que já se ultrapassou aquilo que inicialmente foram as vagas candidatáveis para preenchimento do que era na altura as vagas por preencher e que neste momento e com este grupo que está na reserva de recrutamento iremos fazer corresponder com aquilo que é a necessidade das escolas. Queremos garantir que há estes recursos, que há estas pessoas e portanto, já também nesse sentido vamos avançar com um novo procedimento, ainda este está com a reserva de recrutamento por completar, que nós vamos ativando, mas atendendo ao número, ao tempo de demora que um procedimento destes tem, vamos já e estamos já a ativar os nossos serviços da Divisão de Desenvolvimento Educativo, Divisão de Pessoal, Recrutamento e Formação para já termos novo procedimento a avançar atendendo há mora que temos, onde há cerca de quatrocentas, quinhentas pessoas que se candidatam a cada concurso que nós lançamos, e é nesse enquadramento que iremos até ao final do ano, seguramente ter aqui estes quadros de pessoal com este reforço.

Relativamente aos relatórios de acompanhamento da educação. São seis Agrupamentos de Escolas, são vários parceiros que estão connosco. Nós estamos a reunir a documentação para fazer chegar tão breve quanto possível esta informação para domínio também público, como é óbvio, daquilo que são os recebimentos destes fundos de financiamento da descentralização, nestas diferentes áreas, Pessoal não Docente, o que é os Circuitos Especiais de Transporte, o que é a Escola a Tempo Inteiro, o que é gestão e funcionamento escolar, o que é nas obras e manutenção este enquadramento que será depois nesta área da educação.

Só também aproveitar esta oportunidade e neste Período Antes da Ordem do Dia, relativamente a uma informação, um comunicado de um parceiro nosso sobre uma conclusão de um projeto de intervenção na área das pessoas em situação de sem abrigo, que lamentamos de facto e que já em primeiro momento deixamos aqui uma palavra de apreço, obviamente, terminando um projeto é sempre um tempo difícil. Os projetos desta área da intervenção, sobretudo para públicos tão vulneráveis e mais específicos são sempre difíceis, são equipas que estão montadas, são investimentos que estão feitos, mas os projetos têm princípios, têm meios, têm fins. Supostamente este era um projeto com quatro anos de desenvolvimento. Também se esperaria que já estivesse aqui com acordos tipificados, com acordos de cooperação, não acontecendo, poderia aqui surgir uma situação, uma candidatura que pudesse dar continuidade àquele trabalho que ali foi sendo desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, neste projeto do Movimento Capacita. Portanto, uma palavra em primeiro lugar para esta equipa, para todos os que lá trabalharam, mas também sobretudo para as pessoas destinatárias diretas deste projeto que terminou ou vai terminar agora no dia trinta a conclusão mais

formal, mas que não deve deixar aqui de também a partir da comunicação que está apresentada e pública, relativamente àquilo que foi a atuação ou uma expectativa que foi criada por este parceiro da candidatura ser submetida pelo Município da Moita e que não se verificou. Também dizer aqui, que esta candidatura, este projeto terminou em dezembro do ano passado, desde a primeira hora, junto do sr. Provedor, junto da equipa de desenvolvimento deste projeto, o Município colocou-se ao lado, fez e entendeu também estar na continuidade do que poderia ser este projeto para uma nova candidatura, nas mesmas condições que estariam a ser concretizadas por via da candidatura anterior e esse era o plano de partida. Iriamos manter e alocar recursos, alocar espaços físicos, quer para as pessoas destinatárias deste projeto, quer para o próprio funcionamento da equipa, quer outros apoios logísticos, quer outros necessários para o desenvolvimento deste projeto. Naturalmente esta era a nossa condição quando terminou formalmente o projeto em dezembro do ano passado e nos foi proposto continuarmos a fazer uma parceria para o desenvolvimento de um novo projeto. Acontece que, e é isso que importa também esclarecer e ter aqui esta oportunidade de informar que as condições que nos foram apresentadas em dezembro de dois mil e vinte e três, em sede da submissão da candidatura e em sede daquilo que foi a apreciação e a análise depois pelo nosso Serviço de Estudos e Candidaturas, obviamente que não estariam cumpridas as condições que foram apresentadas numa fase inicial, ultrapassariam aquilo que era aquela condição e portanto teríamos aqui um outro compromisso que nos obrigaria também aqui a nos encontrar outras informações financeiras que não as tínhamos naquele momento para suportar cerca de sessenta por cento de uma candidatura de cerca de meio milhão de euros e que naquela altura, não sendo previsível tivemos que chamar o parceiro e colocar a questão relativamente àquilo que nós estávamos a receber por parte dos nossos Serviços de Estudos e Candidaturas, que era um aviso de abertura de candidatura e que à partida só o Município ou Intermunicípios podiam-se candidatar, mas logo com uma condicionante de terem de ter sessenta por cento de capital de financiamento próprio, de equipas próprias ou de recursos para alocar este projeto. Obviamente que o Município tem os seus compromissos, tem as suas candidaturas que estão planeadas em vinte e três para darmos seguimento às nossas próprias propostas, não podemos ultrapassar aquilo que são os próprios compromissos que o Município tem na área da educação, na área da migração que são outras candidaturas e portanto, o que foi de forma clara e transparente, foi chamado o parceiro e dito que nós naquela condição de termos de assumir sessenta por cento de uma candidatura que não tinha financiamento, que não estaríamos em condições de a poder submeter. Portanto, é neste quadro, dizer que tentámos encontrar aqui outras soluções, como já encontrámos também naquilo que foi um outro projeto da mesma entidade, o projeto Eco Lar. Teve o seu princípio e meio e que estaria a terminar e que o Município tudo fez para dar garantias para dar continuidade a mais algum período, portanto, para mais trinta e seis meses para este projeto. Naturalmente fizemo-lo com os meios que estavam aos nossos dispor, sendo que há aqui esta condição que os projetos devem no seu desenvolvimento, como projetos que são. Tivemos outros, naturalmente no nosso Concelho, projetos de luta contra a pobreza, projetos de intervenção comunitária e que no fim o que se pretende sempre é que tenham as suas valências, as suas respostas sociais, que deixem de ser projetos, que sejam negociados com quem faz a gestão destas políticas, quem faz a proteção nestas áreas para públicos mais vulneráveis e é neste enquadramento que eu vinha só clarificar relativamente à candidatura. Não foi o Município que na expectativa não a submeteu e que não se verificou, nós próprios, a nossa expectativa não estava condizente com aquilo que era a condição inicial e portanto dizer que para todos os efeitos, vamos avançando, não há desproteção às pessoas que estão nesta situação, porque estão a ser salvaguardados pelas nossas equipas de acompanhamento também nos territórios para cada situação e portanto é neste quadro só de esclarecimento que aqui foi apresentado pela Santa Casa da Misericórdia que é esta informação que eu passei. As condições não estavam apresentadas desde a primeira hora e foi com desconhecimento e com surpresa da própria entidade, quando a convocámos para regularizar e para encontrarmos aqui uma outra forma que poderá ser no futuro a constituição dos próprios núcleos de proteção para as pessoas em situação de sem abrigo e a partir daí ativar outros meios e outra proteção a estas pessoas."

Sr. Presidente disse: "Só muito claramente dizer o seguinte. É emitido aqui, e para que fique claro e sem meias palavras, dito que, a Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros emitiu um comunicado a dizer que na expectativa de que o Município submetesse a candidatura ao aviso Lisboa 20/30 e neste caso não se terá verificado a submissão dessa candidatura. Vamos falar com frontalidade às pessoas, o sr. Vereador fez aqui o enquadramento, mas eu gosto de ser mais direto e correto na argumentação e naquilo que é para dizer. Aquilo que é para dizer é o seguinte, estas candidaturas sempre existiram. Antigamente era permitido às entidades que as fizessem diretamente. Esta candidatura foi feita e apareceu e só era possível ser submetida pelo Município, a entidade verificou que afinal só é possível ser submetida pelo Município. Trouxe-nos a candidatura e depois lá se lembrou de nos informar, o que nos apercebemos, após leitura da mesma que tínhamos de meter sessenta por cento da verba. Claro que na altura em que nos deram a informação, o nosso orçamento já estava mais que aprovado e consolidado. Não é assim que as coisas se fazem, não é assim que as coisas se trabalham. Nós podemos andar sempre aqui no jogo do empurrar a culpa para terceiros. O que eu quero aqui salientar é o seguinte, primeiro, entre parceiros não é desta forma que se trabalha, não é com este tipo de comunicados que se fazem e não é esta forma que se quer trabalhar, seja com organizações como a Santa Casa da Misericórdia ou outras. Se estes forem os termos em que parceiros de bem, queremos andar a trabalhar uns com os outros muito mal estaremos no Concelho da Moita. Bem sabemos e bem reconhecemos as dificuldades económicas que a Santa Casa da Misericórdia tem, fruto do seu último relatório de contas que apresentou, sabemos das debilidades, das dificuldades, mas esta não é forma de trabalhar, não é forma de estar com a Câmara Municipal da Moita. Naquilo que diz respeito à Câmara Municipal da Moita, tudo está a fazer para suprir as necessidades identificadas, face aos projetos que anteriormente existiam. Se não for por esta candidatura, faremos com recursos da Câmara Municipal e outros recursos com outras entidades parceiras que neste momento operam e estão a trabalhar nestas vertentes. Estas pessoas não estão e não ficarão sem resposta e é isto que é importante que seja dito. Lamentar e somente lamentar aquelas pessoas que estavam em situação de contrato com a Santa Casa da Misericórdia, fruto de uma candidatura que, entretanto, findou e que neste caso a Santa Casa da Misericórdia não teve capacidade de as absorver para o seu quadro. Toda esta situação é de lamentar e isto não é para andar no jogo do empurra, é para resolver. Correto sr. Vereador. Espero ter sido mais sucinto e mais incisivo nesta matéria. E agora para terminar Vereadora Anabela, de forma muito sucinta, diga aqui algumas palavras, que eu bem sei que quer falar também da parte das árvores, mas nós bem sabemos, conhecemos os dois a situação em que nos foi deixado o Concelho. Tantos foram os cepos que nos deixaram que tivemos de comprar um destroçador de cepos para o nosso Concelho, por isso vejam lá a quantidade de árvores que deixaram cortadas. Porque para plantarmos tivemos de primeiro tirar os cepos. Só para deixar esta nota."

Sra. Vereadora Anabela Rosa disse: "Era só para não deixar sem resposta aqui o Vereador Ivo relativamente às árvores que ele referiu ali no parque da Moita. Realmente nada nos custa mais do que abater uma árvore, por todas as razões ecológicas e de embelezamento do espaço público que todos nós sabemos muito bem. Acontece que é feito sempre um levantamento do espaço que vai ser intervencionado com podas e nessa intervenção, muitas vezes são detetadas árvores que estão doentes e é feito um tratamento fitossanitário. O que acontece é que muitas vezes essas árvores não respondem ao tratamento e o risco de queda é iminente porque podem cair e se nós não cortamos a árvore e sabemos que ela está doente e pode cair, se a árvore cair e quando cai a culpa é da Câmara Municipal. Quer dizer, nós estamos sempre aqui neste dilema, porque as pessoas reclamam porque nós cortamos a árvore, mas se a árvore cai, e cai em cima de um carro ou em cima de alguém também um coro de vozes se levanta que nós devíamos ter cortado e não cortámos, portanto, ninguém quer aqui cortar árvores só porque nos apetece ou porque não fica bem, não é isso. Temos árvores que estão mortas, temos árvores que estão doentes e temos árvores que estão desadequadas ao espaço onde elas foram plantadas. Estão a rebentar com as canalizações das casas, estão a rebentar com os pavimentos, estão pessoas a cair e a pedir indemnizações à Câmara Municipal porque caíram e o que é que nós fazemos nesse caso, se vamos cortar as raízes então é que a árvore vai cair porque fica sem

sustentação. Eu acho que as pessoas têm de ter um bocadinho a noção antes de falarem e de criticarem, de pensar na situação que existe. Depois por outro lado, quando uma árvore é abatida e fica o cepo, nós temos de deixar que o cepo seque antes de ir o destroçador ao local, porque senão danifica as laminas do destroçador, portanto não é imediato. As pessoas reclamam que agora abateram a árvore e nunca mais lá foram tirar para pôr outra. É que temos de esperar ainda um mês ou mais até o tronco estar em condições de ser retirado. Como o sr. Presidente disse, houve muitas árvores que foram abatidas e que estavam em cepos. Tantas foram que nós tivemos de comprar um destroçador de cepos para sermos nós e não uma empresa a fazer esse trabalho e tivemos de comprar uma barquinha para sermos nós também a fazer as podas e não contratar sazonalmente uma empresa. Agora nós só fazemos isso, só abatemos uma árvore quando a árvore está em risco, nunca em outra situação, porque nós também não o queremos fazer e como vocês já viram aqui, como toda a gente viu é altamente impopular andar a abater árvores, mas às vezes é necessário, portanto, quando é necessário fazê-lo, temos de o fazer.

Agora o compromisso que assumimos é que no mais curto espaço de tempo e quando houver condições, vamos replantar. O que acontece é que muitas vezes, para replantar, há que refazer todo um projeto, porque naquela zona há infraestruturas enterradas e temos de mudar os sítios onde as árvores vão ser plantadas e isso exige um projeto de arquitetura e que é isso que anda a ser feito e que demora, portanto é isto que eu também queria explicar, deixar aqui patente nesta reunião pública. Depois, nós também já temos plantado árvores sim senhor, e acrescentar ao que o sr. Presidente disse, também plantámos na Ciclovia árvores, também estivemos ao abrigo de um projeto das ilhas sombra no PJA e está em curso, já em contrato, para a replantação de árvores no Largo do Coreto em Alhos Vedros para toda a reabilitação de toda aquela zona ali e também a mesma situação relativamente ao parque das Laranjeiras em frente à Misericórdia de Alhos Vedros, portanto queria dar nota também de alguns exemplos do que nós fizemos e que vamos fazer."

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente

1. CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DE FORCADOS AMADORES DA MOITA

"A Câmara Municipal da Moita, reconhece o movimento associativo como parceiro fundamental no desenvolvimento do Município, apoiando, colaborando e estabelecendo relações interinstitucionais que permitem a otimização de recurso e uma intervenção adaptada às necessidades da população.

As associações, enquanto expressão dinâmica do poder local, contribuem para o desenvolvimento social, cultural e desportivo, alicerçado pela participação ativa da população e pelo seu interesse na causa pública.

Na área do Município da Moita, existe um número significativo de associações, sem fins lucrativos e com interesses comum, como é o caso concreto da Associação do Grupo de Forcados Amadores da Moita (GFAM), pessoa coletiva número 507800150, com sede social na Rua dos Espanhóis, n.º 6, 1.º andar direito, Freguesia e Município da Moita, constituída como associação em 23/01/2007, no Cartório do Notário Mário Salvador Nunes - Livro de notas para escrituras diversas n.º 70-L, fl.98 à folha 99, que tem por objetivo promover e dinamizar a cultura e as tradições da tauromaquia portuguesa. Os responsáveis pela Associação solicitaram à Câmara Municipal a cedência de um espaço (garagem ou outro) para guardar algum material que se encontra na sua sede, de forma a evitar a sua degradação, uma vez que o local não tem telhado, nem espaço onde seja possível o armazenamento.


MOITA
MUNICÍPIO

Atendendo que o Município da Moita é proprietário de algumas frações autónomas, destinadas a garagem, sitas na cave do Mercado Municipal da Moita, foi realizada uma visita ao local em conjunto com o GACT e a Associação, com o objetivo de se avaliar se alguma das garagens disponíveis satisfaz as necessidades, tendo sido posteriormente comunicado pelo GACT que a garagem n.º 26, com a área de 11,232m², atende aos requisitos necessários para o efeito.

Assim, considerando a urgência manifestada pela Associação e tendo em conta situações de idêntica natureza em que a Câmara Municipal apoia as associações, que contribuem para o desenvolvimento social, cultural e desportivo em prol da população em geral, propõe-se:

- Que no uso das competências previstas nas alíneas u) e ee), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal delibere a aprovação da minuta do contrato de comodato, que se anexa e é parte integrante da presente proposta, através do qual o Município da Moita cede, a título temporário e gratuito, à Associação do Grupo de Forcados Amadores da Moita, a fração autónoma destinada a garagem com área de 11,232m², designada pelas letras "BG", correspondente ao número 26, do prédio urbano constituído em propriedade horizontal, sito nas Ruas Dr. Alexandre Sequeira, Professor Bento de Jesus Caraça, da Quinta e na Praça do Mercado, da freguesia da Moita (cave do Edifício do Mercado Municipal da Moita), inscrito na matriz predial urbana sob o art.º 4152 - Moita e descrito na Conservatória do Registo Predial da Moita sob o n.º 2284/251193 - Moita, para que a mesma dela se possa utilizar para armazenamento de materiais."

Após a apresentação da proposta, foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções, foi submetida a votação tendo sido **aprovada por unanimidade**.

2. CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO MOVE A TUA TERRA

"A Câmara Municipal da Moita, reconhece o movimento associativo como parceiro fundamental no desenvolvimento do Município, apoiando, colaborando e estabelecendo relações interinstitucionais que permitem a otimização de recurso e uma intervenção adaptada às necessidades da população.

As associações, enquanto expressão dinâmica do poder local, contribuem para o desenvolvimento social, cultural e desportivo, alicerçado pela participação ativa da população e pelo seu interesse na causa pública.

Na área do Município da Moita, existe um número significativo de associações sem fins lucrativos orientadas para o interesse comum, como é o caso da Associação Move A Tua Terra, pessoa coletiva número 515925136, com sede social na Rua Dr. Alexandre Sequeira, lote n.º 13 – 2.º direito Freguesia e Município da Moita, constituída como associação em 11/04/2024, no Livro de Notas para Escrituras n.º 60, fl.97, a associação tem como objetivo a promoção e defesa da cidadania através da organização e realização de atividades pedagógicas, culturais, artísticas, desportivas, educativas, formativas, solidárias, lúdicas, recreativas, editoriais, informativas, comunicativas e sociais.

Os responsáveis pela associação solicitaram à Câmara Municipal a cedência de um espaço para instalação de equipamentos essenciais ao armazenamento de bens alimentares destinados a ações de apoio à comunidade, como frigorífico, arca e mesas adequadas para o efeito.

Atendendo que o Município da Moita é proprietário de algumas frações autónomas, destinadas a garagem, sitas na cave do Mercado Municipal da Moita, foi realizada uma visita ao local em conjunto com o Gabinete do Associativismo e Coesão Territorial (GACT) e a Associação, com o objetivo de se avaliar se alguma das garagens disponíveis satisfaz as necessidades, tendo sido posteriormente

comunicado pelo GACT que a garagem n.º 63, com a área de 23,522m², atende aos requisitos necessários para o efeito.

Assim, considerando a urgência manifestada pela Associação e tendo em conta situações de idêntica natureza em que a Câmara Municipal apoia as associações, que contribuem para o desenvolvimento social, cultural e desportivo em prol da população em geral, propõe-se:

- Que no uso das competências previstas nas alíneas u) e ee), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal delibere a aprovação da minuta do contrato de comodato, que se anexa e é parte integrante da presente proposta, através do qual o Município da Moita cede, a título temporário e gratuito, à Associação Move A Tua Terra, a fração autónoma destinada a garagem com área de 23,522m², designada pelas letras "CX", correspondente ao número 63, do prédio urbano constituído em propriedade horizontal, sito nas Ruas Dr. Alexandre Sequeira, Professor Bento de Jesus Caraca, da Quinta e na Praça do Mercado, da freguesia da Moita (cave do Edifício do Mercado Municipal da Moita), inscrito na matriz predial urbana sob o art.º 4152 - Moita e descrito na Conservatória do Registo Predial da Moita sob o n.º 2284/251193 - Moita, para instalação de equipamentos essenciais ao armazenamento de bens alimentares destinados a ações de apoio à comunidade, como frigorífico, arca e mesas adequadas para o efeito."

Após a apresentação da proposta, foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções, foi a mesma submetida a votação tendo sido **aprovada por unanimidade**.

3. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ECONOMIA

Retirada da Ordem do Dia

4. CONCURSO PÚBLICO 02/2023 "SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS NA QUINTA DA FONTE DA PRATA" **– REVISÃO DE PREÇOS**

"O direito à revisão de preços constitui um direito sendo obrigatório nas empreitadas de obras públicas, nos termos atualmente previstos no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2021 de 18 de agosto e no artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Conforme descrito na Informação/Proposta anexa procedeu-se ao cálculo da revisão de preços definitiva, utilizando os índices publicados no site do Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção e de acordo com a fórmula de revisão de preço aprovada e aplicáveis à respetiva obra.

Atento o exposto propõe-se que a Câmara Municipal da Moita delibere aprovar, para efeitos de faturação, para a empreitada de "Substituição da Rede de Distribuição de Águas na Quinta da Fonte de Prata", o encargo da despesa resultante do cálculo da revisão de preços definitiva, datado de 14 de novembro de 2024, no valor de 946,62 € (novecentos e quarenta e seis euros e sessenta e dois centimos) com IVA incluído, na rubrica "Remodelação de Redes de Abastecimento de Água" com o Código GOP 244-4, satisfeito pela dotação orçamental 04/0701040704, com o número sequencial de compromisso 79156, datado de 18 de novembro de 2024."


Moita
MUNICÍPIO

Após a apresentação da proposta, foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções, foi a mesma submetida a votação tendo sido **aprovada por unanimidade**.

5. VERSÃO FINAL DO PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E DE GESTÃO DE HABITAÇÃO EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DO MUNICÍPIO DA MOITA

"A Câmara Municipal da Moita deliberou em sessão ordinária de 24 de abril de 2024 através da aprovação da proposta n.º 94/XIII o início de Procedimento tendente à criação de um Regulamento de Atribuição e de Gestão de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município da Moita, conforme o previsto na Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, revisto e republicado pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, na sua atual redação.

O início deste Procedimento foi publicitado na Internet, na página institucional do Município, a 16 de maio de 2024, conforme o previsto no n.º 1, do artigo 98.º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo (CPA), não se tendo verificado a constituição de qualquer Interessado no mesmo.

O Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação foi aprovado por unanimidade através da proposta n.º 182/XIII/2024 em reunião de Câmara de 14 de agosto de 2024, de acordo com o previsto no artigo 99.º do CPA.

Tendo em conta a natureza do documento, bem como a abrangência do mesmo, sendo expectável um elevado número de interessados, foi determinado não se proceder à audiência dos interessados prevista no n.º 1 do art.º 100.º do CPA, nos termos e com os fundamentos referidos na alínea c) do n.º 3 do mesmo artigo, procedendo-se à consulta pública do Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado da Moita, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 101.º do citado CPA, por um período de 30 dias úteis, a contar da data da sua publicação, com vista à recolha de sugestões, tendo o mesmo sido publicado na 2.ª série do Diário da República a 26.09 e no sítio institucional do Município a 26.08, com a visibilidade adequada à sua compreensão.

O período de apreciação pública do Projeto de Regulamento decorreu desde a data da publicação na II Série, do Diário da República, de 26 de setembro de 2024 até 08 de novembro de 2024.

No decurso da apreciação pública não foram apresentados quaisquer contributos, conforme consta no relatório de ponderação final. A versão final consolidada do Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado da Moita é o que resulta do projeto oportunamente aprovado em sessão de Câmara e que ora se junta, fazendo parte integrante da presente proposta.

Neste seguimento, propõe-se, âmbito da competência que lhe é conferida ao abrigo do disposto nos artigos 238.º e 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro e das disposições previstas no Código do Procedimento Administrativo, no que respeita à atividade regulamentar, a Câmara Municipal da Moita delibere favoravelmente:

1. Aprovar a versão final do Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município da Moita, constante do anexo II;
2. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o referido documento, para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do indicado Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação."


MUNICÍPIO

Após a apresentação da proposta, foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções, foi a mesma submetida a votação tendo sido **aprovada por unanimidade**.

A sra. Vereadora Vivina Nunes apresentou Declaração de Voto em nome dos eleitos da CDU que abaixo se transcreve:

Declaração de Voto

“Os eleitos da CDU votaram a favor da proposta por considerarem que o regulamento é um instrumento importante para a gestão da habitação pública municipal do Concelho. No entanto, consideram também que ainda falta fazer muito nesta matéria e que a Câmara Municipal pode fazer muito mais, nomeadamente, dar cumprimento à estratégia da habitação, tendo em conta que muito foi prometido por este Executivo, mas passados três anos desta governação PS, muito pouco foi concretizado.”

Sr. Presidente disse: “Esta é uma proposta também muito bem quista, que há muito as pessoas esperavam. Na reunião passada, na reunião pública passada, um jovem, hoje somos todos jovens até muito mais tarde, antigamente eramos jovens até aos vinte e depois aos trinta agora é aos quarenta, alguns seremos jovens vida toda, pelo menos eu espero que sejamos sempre jovens de espírito, ideias frescas, não do antigamente. É essa juventude que espero sempre tê-la, com todo o respeito. Um senhor veio aqui manifestar-se, falando da rede de águas residuais domésticas no Penteado e logo ali disse que estávamos a trabalhar nisso e pude-lhe dar essa resposta nos termos em que foi dada porque tínhamos aqui este projeto com os nomes todos das ruas que iriam ser intervencionadas. Por isso, dei-lhe minha palavra que o trabalho estava a ser feito e que na próxima reunião, a proposta vinha aqui a reunião de Câmara e é isso que aqui vem.”

6. “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO BAIRRO 1.º DE MAIO, PENTEADO” – PROCESSO CP 10/2024

- APROVAÇÃO DO PROJETO; - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO; - DECISÃO DE CONTRATAR E DECISÃO DE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA INERENTE AO CONTRATO A CELEBRAR; - DECISÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DO CONTRATO; - PREÇO BASE; - FUNDAMENTAR A NÃO CONTRATAÇÃO POR LOTES; - PRAZO DA ORA; - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO, - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO E DELEGACÃO DE COMPETÊNCIA; - DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO, - CABIMENTAÇÃO;

“A Câmara Municipal da Moita tem como objetivo, com esta obra, munir com saneamento um território que atualmente encontra a solução de drenagem de água residual doméstica nas fossas. Com esta intervenção pretende-se anular o impacto ambiental que acarreta a atual solução e melhorar a qualidade de vida da população, aumentando o número de alojamentos servidos.

A intervenção consiste na execução de um conjunto de coletores gravíticos de águas residuais domésticas em PVC, num total de 4,14km de extensão, incluindo as respetivas câmaras de visita e ramais no Bairro 1.º de Maio, Penteado. Pretende-se disponibilizar o serviço de drenagem de águas residuais domésticas a uma parte significativa da população residente a possibilidade de usufruir de um adequado serviço público de saneamento de águas residuais, o que permitirá uma melhoria significativa da sua qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.


Moita
MUNICÍPIO

O projeto foi elaborado em 2009, contudo dado o lapso de tempo decorrido e tendo em atenção a evolução do mercado, de materiais e de preços, procedeu-se à sua revisão pela empresa TITANIUM PRIME – Gestão Imobiliária e de Projetos, Unipessoal Lda. e foram efetuadas as correções pela empresa SIPCA, Consultores De Engenharia, S.A, autora do projeto, pelo que se encontram neste momento reunidas as condições para a abertura de um procedimento concursal com vista à execução da obra. Assim, é necessário proceder-se à celebração de um contrato de empreitada, devendo iniciar-se procedimento de formação do mesmo em conformidade com as normas contidas no CCP.

Mediante o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos e ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, a Câmara Municipal da Moita, deliberar sobre os pontos seguintes:

1. Aprovação do Projeto

Aprovar o projeto de execução referente à "Rede de drenagem de águas residuais domésticas do Bairro 1.º de Maio, Penteado", que contempla peças escritas e desenhadas referentes às obras a executar.

O valor estimado da obra é de 1.655.389,98 € (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove euros e noventa e oito centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2. Contratar e autorizar a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar

O procedimento de formação do contrato de execução da obra de "Rede de drenagem de águas residuais domésticas do Bairro 1.º de Maio, Penteado", inicia-se com a decisão de contratar, que deve ser fundamentada, cabendo ao Órgão competente para autorizar a despesa decidir contratar e autorizar a realização da respetiva despesa.

▪ Fundamento da decisão de contratar

A decisão de contratar fundamenta-se na necessidade de munir com saneamento um território que atualmente encontra a solução de drenagem de água residual doméstica nas fossas domésticas.

▪ Valor do contrato

Estima-se que o valor do contrato a celebrar, calculado nos termos do artigo 17.º do CCP, será de 1.655.389,98 € (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove euros e noventa e oito centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, no montante de 99.323,40 € (noventa e nove mil, trezentos e vinte e três euros e quarenta centimos), que perfaz o montante global 1.754.713,38 € (um milhão setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e treze euros e trinta e oito centimos).

▪ Autorização da despesa

A despesa inerente ao contrato a celebrar será de 1.655.389,98 € (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove euros e noventa e oito centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, no montante de 99.323,40 € (noventa e nove mil, trezentos e vinte e três euros e quarenta centimos), que perfaz o montante global 1.754.713,38 € (um milhão setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e treze euros e trinta e oito centimos), pelo que, nos termos da alínea b), do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, é à Câmara Municipal que compete autorizar a realização da referida despesa e, em cumprimento do estatuído no n.º 1, do artigo 36.º, do CCP, proferir a decisão de contratar.


MUNICÍPIO

Assim, nos termos conjugados e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP e na alínea b), do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, propõe-se que seja proferida, pelo Órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, a Câmara Municipal da Moita, a decisão de contratar a empreitada de "Rede de drenagem de águas residuais domésticas do Bairro 1.º de Maio, Penteado" com os fundamentos acima invocados e a decisão de autorização da respetiva despesa.

3. Fixar o preço base

Mediante o disposto no artigo 47.º do CCP, propõe-se que seja fixado o preço base, no montante de 1.655.389,98 € (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove euros e noventa e oito cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

▪ Fundamentação da fixação do preço base

O contrato a celebrar implica o pagamento de um preço que é o preço máximo que a Câmara Municipal se encontra disposta a pagar pela execução de todas as prestações objeto desta empreitada. O valor está fixado no caderno de encargos, com o preço base de 1.655.389,98 € (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove euros e noventa e oito cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

O preço base do presente procedimento foi obtido através do orçamento constante do projeto de execução, projeto esse elaborado no âmbito de uma prestação de serviços com um gabinete de projetos externo, elaborando o gabinete as estimativas orçamentais com base em dados de referência que possui para a orçamentação de obras públicas, **mantendo-a** atualizada e informada, quer junto de fornecedores de materiais e equipamentos que operam no mercado, quer recolhendo informações de preços praticados em orçamentos adjudicados em obras recentes semelhantes à obra em apreço. O projeto foi ainda revisto por outro gabinete externo, no âmbito de uma prestação de serviços.

4. Fixar o prazo de execução

O prazo de execução é de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias.

5. Fundamentar a não contratação por lotes

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 46.º - A do CCP, propõe-se que seja proferida a decisão de não contratação por lotes com fundamento na unidade do respetivo objeto contratual, dado que a natureza e as características técnicas dos trabalhos a realizar se consideram tecnicamente indivisíveis, estando assim toda a execução interligada entre si.

Se se considerasse possível a divisibilidade de qualquer parte da obra, tal obrigaria a uma articulação e ocupação simultânea do mesmo espaço por várias entidades executantes o que iria causar certamente atrasos no respetivo prazo de execução e graves inconvenientes e prejuízos para o Município em matéria de gestão contratual.

Por outro lado, teriam de ser criados espaços adequados e suficientes para mais de um estaleiro, fora da área da obra, o que oneraria a empreitada na sua globalidade existindo, ainda, possíveis consequências para a garantia da segurança dos equipamentos e das pessoas, em obra, uma vez que haveria diferentes frentes de trabalho pelo bairro com o consequente cruzamento dos equipamentos e das pessoas.

Face ao descrito, considera-se que, por razões de ordem técnica, económica, de cumprimento de prazos de execução e de menor impacto negativo possível a adjudicação da obra da rede de drenagem de águas residuais domésticas do Bairro 1.º de Maio no Penteado deve ser aplicável ao todo.


MUNICÍPIO

6. Classificação CPV - (Vocabulário comum para os contratos públicos)

De acordo com o descrito nas peças do presente procedimento o código CPV - Vocabulário principal – CPV 45232451-8 (Obras de Drenagem e Pavimentação).

7. Escolher o procedimento de formação do contrato

Cabe ao Órgão competente para a decisão de contratar, proferir a decisão de escolha do procedimento e fundamentá-la.

Desta forma, em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP, propõe-se que seja decidido, pelo Órgão competente para a decisão de contratar, escolher o procedimento de Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, que permite a celebração de contratos de valor inferior a 5.538.000,00€ (cinco milhões quinhentos e trinta e oito mil euros) e superior a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), de acordo com o estatuído na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º e na alínea b) do artigo 19.º, todos do CCP, e cuja tramitação procedimental se encontra regulada nos artigos 130.º a 139.º e 146.º a 148.º do mesmo Código.

A escolha deste procedimento tem como fundamento, a obrigação legal decorrente do artigo 19.º do CCP que dispõe para celebração de contratos de valor inferior a 5.538.000,00€ (cinco milhões quinhentos e trinta e oito mil euros) e superior a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) deverá ser adotado o procedimento de concurso público sem publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*.

8. Aprovar as peças do procedimento

De acordo com o estatuído no n.º 2 do artigo 40.º do CCP, compete ao Órgão competente para a decisão de contratar, aprovar as peças do procedimento.

Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 40.º do CCP as peças do procedimento de Concurso Público, são o anúncio, o programa do concurso e o caderno de encargos sendo este formado pelos elementos de solução de obra referidos no artigo 43.º do referido diploma, designadamente pelo projeto de execução.

Assim, propõe-se que o Órgão competente para a decisão de contratar, aprove as peças do procedimento de concurso público sem publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, o programa do concurso e o caderno de encargos, que se anexam à presente Proposta dela fazendo parte integrante.

9. Designar o júri do procedimento e delegar competências

Cabe ao Órgão competente para a decisão de contratar a designação do júri do procedimento de formação do contrato, ao qual compete conduzir o procedimento e, nomeadamente, proceder à apreciação das propostas, elaborar os relatórios de análise das propostas, proceder à audiência prévia e exercer as competências que lhe sejam delegadas pelo Órgão competente para a decisão de contratar, de acordo com o disposto nos artigos 67.º a 69.º e 147.º do CCP.

Antes do início de funções, os membros do júri, devem subscrever declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII do CCP.

Em conformidade com disposto no n.º 1, do artigo 67.º, do CCP, propõe-se que seja designado o júri do procedimento de formação do contrato, com a seguinte constituição:


MUNICÍPIO

Membros efetivos:

- Presidente: Diogo Andersen Albuquerque D'Orey, chefe da divisão de obras, estudos e projetos;
- Vogal: Mariana Pais, chefe da divisão de águas e saneamento, com função de substituto do presidente em caso de ausência deste;
- Vogal: Maria João da Marta Alves Perdiz, técnica superior da divisão de obras, estudos e projetos;
- Vogal: Luísa Maria Duarte Rodrigues, engenheira, técnica superior da divisão de obras, estudos e projetos;
- Vogal: Andreia Ferreira Silva Antunes, técnica superior da divisão de águas e saneamento.

Membros suplentes:

- Vogal: João Romba, assistente técnico da divisão de obras, estudos e projetos;
- Vogal: Maria do Céu Rodrigues, assistente técnica da secção de apoio administrativo do departamento de gestão e valorização territorial;
- Vogal: Luís Santos, assistente técnico da secção de apoio administrativo do departamento de gestão e valorização territorial;
- Vogal: Rita Fernando, assistente técnica da secção de apoio administrativo do departamento de gestão e valorização territorial.

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º, propõe-se ainda que seja delegado no júri do procedimento de formação do contrato a competência para prestar, por escrito, esclarecimentos das peças do procedimento, de acordo com a alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

10. Designar o gestor do contrato

Nos termos do disposto no artigo 290.º - A do CCP deverá ser designado o gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, com a função de acompanhar a execução do contrato.

Em conformidade com disposto no n.º 1, do artigo 290.º - A do CCP, propõe-se que seja designado gestor do contrato Andreia Ferreira Silva Antunes.

11. Cabimentação

A obra, no montante total de 1.754.713,38 € (um milhão setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e treze euros e trinta e oito cêntimos), com IVA incluído, está prevista no Plano Plurianual de Investimentos, onerando os exercícios de 2025 e 2026, na rubrica 243 2 - 04 0701040201- "Remod. Const. Redes Águas Residuais no Concelho", repartidos nos seguintes anos:

- 2025 - 995.000,00 € (novecentos e noventa e cinco mil euros)
- 2026 - 759.713,38 € (setecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e treze euros e trinta e oito cêntimos)

Em 2024 não há valor cabimentado pois não há despesa a efetuar.


MUNICÍPIO

12. Conclusão

Tendo em conta o atrás exposto, propõe-se que o Órgão competente para a decisão de contratar, a Câmara Municipal da Moita, ao abrigo do disposto nas alíneas f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos e com todos os fundamentos atrás invocados, delibere:

- a. Aprovar o Projeto de execução;
- b. Aprovar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar a execução da obra relativa à empreitada "Rede de drenagem de águas residuais domésticas do Bairro 1.º de Maio, Penteado" e a decisão de autorização da respetiva despesa no montante de 1.655.389,98 € (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove euros e noventa e oito centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- c. Escolher, em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP, o procedimento de Concurso Público sem publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea b) do artigo 19.º do CCP;
- d. Fixar, mediante o artigo 47.º do CCP, o preço base, no montante de 1.655.389,98 € (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove euros e noventa e oito centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor e o prazo de execução de 450 dias;
- e. Aprovar, mediante o previsto no n.º 2 do artigo 40.º do CCP, as peças do procedimento de concurso público sem publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, o programa do concurso e o caderno de encargos, anexos à presente proposta dela fazendo parte integrante;
- f. Decidir, nos termos do artigo 46.º - A do CCP, a não contratação por lotes, conforme descrito no ponto 5;
- g. Designar, em conformidade com o n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o júri do procedimento de formação do contrato, com a constituição referida no ponto 9 e delegar-lhe a competência prevista na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP;
- h. Designar, ao abrigo do n.º 1 do artigo 290.º - A do CCP, o gestor do contrato, conforme indicado no ponto 10;
- i. Aprovar a despesa da obra contemplada no Plano Plurianual de Investimentos do ano 2024, na rubrica 243 2 - 04 0701040201- "Remod. Const. Redes Águas Residuais no Concelho", de 1.655.389,98 € (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove euros e noventa e oito centimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, no montante de 99.323,40 € (noventa e nove mil, trezentos e vinte e três euros e quarenta centimos), que perfaz o montante global 1.754.713,38 € (um milhão setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e treze euros e trinta e oito centimos), onerando os anos de 2025 e 2026 nos seguintes montantes:
 - o 2025 - 995.000,00 € (novecentos e noventa e cinco mil euros)
 - o 2026 - 759.713,38 € (setecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e treze euros e trinta e oito centimos)"

Sr. Presidente disse: "É um investimento prioritário para o Concelho da Moita, é no Penteado, quando nos candidatámos, dissemos que iríamos fazer tudo para resolver também aqui os problemas dos



Moita
MUNICÍPIO

esgotos no Concelho da Moita, e resolvemo-lo, tanto as ligações ilegais em Alhos Vedros, como agora aqui na Rua de São Sebastião vamos identificando algumas ligações que existiam e estamos a corrigi-las, como verificamos em muitos sítios, cada vez que levantamos o alcatrão, verificamos essas situações e são corrigidas. Comprámos equipamentos específicos para detetar fugas, contratualizámos empresas para detetar essas situações, por isso e para que as pessoas do Penteado deixem de ter a necessidade de ter fossas, está aqui um projeto de quase dois milhões de euros para o Penteado e como calculam a seguir a mudar a rede de esgotos por assim dizer, vamos pavimentar, por isso, não é só de esgotos que aqui se trata. As pessoas terão ruas novas, com todas as valências. O Penteado será cada vez um sítio mais bonito e mais aprazível para viver, para morar, por isso, foi isto que prometemos nas eleições, é isto que estamos a cumprir. Está aqui um projeto que podem consultar, são muitas folhas, todas elas e cada uma delas necessárias para que isto possa avançar. É fruto do trabalho, resulta de algo que veio antes ainda daquele pedido de empréstimo de três milhões de euros, muito desse empréstimo está aqui vertido, muitas dessas obras estão aqui neste projeto. É para aqui que vão os nossos recursos, é para aqui que vai o dinheiro do município da Moita."

Após apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções, foi a mesma submetida a votação tendo sido **aprovada por unanimidade**.

O Sr. Presidente fez da sua intervenção Declaração de Voto.

Sra. Vereadora Sara Silva disse: "Deixar aqui também nota que vai decorrer no período de trinta de novembro a vinte e dois de dezembro o nosso Mercado de Natal. É este convite que queria aqui deixar a toda a população e também aos Srs. Vereadores e ao público presente para participar e para estarem presentes. Também vamos fazer aqui um evento, digamos, algo que estávamos a pensar e este ano tivemos condições para o fazer. Uma Mega Trança de Natal confeccionada por cinco Pastelarias do Concelho e da Freguesia da Moita, no intuito de promovermos o comércio local e os estabelecimentos do nosso Concelho. Fica aqui o convite para visitarem, no dia trinta de novembro, sábado por volta das dezasseis horas, vamos oferecer depois, posteriormente a este evento, vamos depois oferecer o bolo para toda a população e vamos inaugurar também pelas dezoito horas a iluminação de Natal em todo o Concelho. Apareçam e serão sempre bem-vindos."

Nada mais havendo a tratar foi pelo sr. Presidente encerrada a reunião, às dezassete horas e quarenta e cinco minutos, sendo a respetiva ata em minuta aprovada, e eu, Cátia Carromeu, Assistente Técnica no Serviço de Apoio aos Órgãos Municipais da Câmara Municipal da Moita, redigi a presente ata, composta por 35 (trinta e cinco) páginas, que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente registadas em formato digital, ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

A ASSISTENTE TÉCNICA,


(Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino)


(Cátia Maria Reimão Carromeu)


MUNICÍPIO